

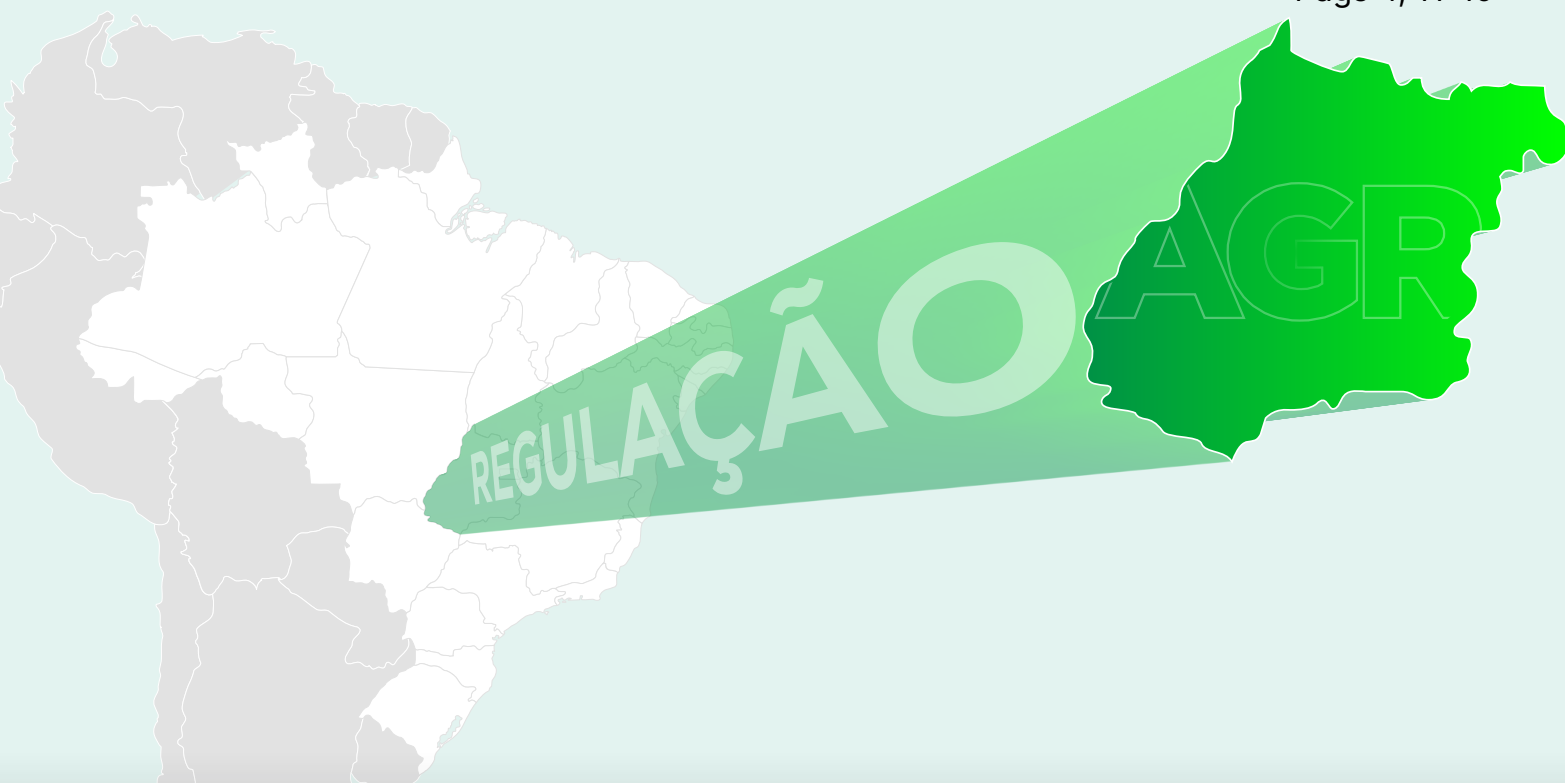
AGR¹ EM FOCO

ANO II Nº 006 | ABRIL 2024

Câmaras Técnicas da Abar

Goiás no debate da regulação brasileira

Págs 4, 11-19



**Regulação Econômica | Transporte Intermunicipal
Saneamento Básico | Energia Elétrica | Bens Desestatizados**

**Agências trabalham juntas na
regulação do Saneamento**

Pág 6

**AGR monitora abastecimento de água de
Ipameri e Buriti Alegre de forma remota**

Pág 21

**AGR lança novo edital para linhas do
transporte regular**

Pág 8

**ENTREVISTA - Participação social na
governança regulatória**

Pág 26

A revista AGR em FOCO traz, nesta edição, o balanço das ações da agência no primeiro trimestre de 2024, tendo como destaque o trabalho do Conselho Regulador, que julgou mais de 200 processos no período, entre eles notas técnicas conjuntas da AGR e agências municipais para o reajuste anual da tarifa de saneamento básico e comprovação da capacidade econômico-financeira da Saneago.

Um balanço importante também foi feito das ações de fiscalização, após a contratação pela agência dos serviços de pátio e guincho para a remoção de veículos flagrados fazendo o transporte de passageiros de forma irregular, com um registro de número recorde de apreensões.

Entre as principais ações da agência no trimestre, destaca-se o lançamento do edital de chamamento público para habilitação de empresas interessadas em operar o sistema de transporte regular de passageiros no estado. O chamamento atende linhas remanescentes dos editais de 2023 e novos trechos a serem contemplados com os serviços.

A publicação destina algumas páginas ao registro da primeira edição das Câmaras Técnicas da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar) realizada em Goiânia, tendo a AGR e a Agência de Regulação de Goiânia (AR) como anfitriãs.

No período, a AGR lançou uma cartilha sobre ressarcimento de danos provocados por problemas elétricos, desenvolveu nova função para o AGR Fiscal, definiu cronogramas de vistorias de bens desestatizados e saneamento e muito mais. A entrevista desta edição é com a gerente de Secretaria-Geral, Daniela Garcia Fleury.

Boa leitura!

Expediente

GOVERNO DE GOIÁS

Governador do Estado de Goiás - Ronaldo Caiado
Vice-governador do Estado de Goiás - Daniel Elias Carvalho Vilela
Secretário de Estado de Administração - Francisco Sérvulo Freire Nogueira

Agência Goiana de Regulação (AGR)

Presidente do Conselho Regulador - Wagner Oliveira Gomes
Conselheiros - Natália Maria Briceño Spadoni, Paulo Tiago Toledo Carvalho, Guy Francisco Brasil Cavalcanti e Ricardo Baiocchi Carneiro

Conselho Editorial (Portaria AGR 282/2023 - AGR)

Carmen Cruz, Alessandra Francisca dos Santos, Andrea Bonanato Estrela, Breno Pereira da Silva, Hugo de Assis Furtado, Daniela Garcia Fleury e Thiago Nepomuceno Carvalho

Coordenação de Comunicação

Jornalista responsável: Carmen Cruz (RP 1.092/06/89/DF)
Estagiária: Briana Silva | Publicitário: Danilo J. França Araújo
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: João Pedro Duarte R. Ferreira

Colaboração: Thiago Nepomuceno (Diretoria de Regulação e Fiscalização), Andrea Bonanato (Diretoria de Gestão Integrada), Francisco Vieira de Macedo (Ouvidoria Setorial), Hugo de Assis Furtado (Coordenação de Programas Institucionais), Luciana Dutra Martins (Tecnologia da Informação), Jorge Pereira da Silva (Gerência de Energia), Rafael Barbosa de Carvalho (Regulação Econômica e Desestatização), Eduardo Henrique da Cunha (Gerência de Saneamento), Idelma Rodrigues (Gerência de Finanças), Delano de Pádua (Gerência de Transportes), Allan Palmer (Contabilidade), Daniela Fleury (Secretaria-Geral), Breno Pereira da Silva (Chefia de Gabinete), Cristina Zanin (Fiscalização) e Gustavo Esteves Kossa (Apoio Administrativo)

Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR

Av. Goiás, nº 305, Edifício Visconde de Mauá - Setor Central Goiânia (GO).
CEP: 74.005-010
Telefone: (62) 3226 6593 | www.goias.gov.br/agr

Siga a AGR
nas redes
sociais



AGR em notas

Prefeituras

As prefeituras e demais órgãos municipais de todo o estado devem se cadastrar junto à AGR para prestarem serviços de transporte de passageiros para outros municípios. Da mesma forma, empresas que transportam seus funcionários. A medida visa garantir a legalidade dos serviços públicos de transporte e, também, a segurança dos usuários. Com o cadastramento, os veículos usados nos serviços também entram para o cadastro da Agência e passam por vistorias. Os motoristas precisam comprovar habilitação para o transporte de passageiros e passam por treinamento. Para facilitar o acesso ao cadastramento, a AGR disponibilizou no site o **Guia de Cadastro**.

BRK

Uma nova rodada de negociações entre usuários e a BRK, foi realizada pela Ouvidoria Setorial da AGR em janeiro, quando foram atendidos 18 usuários inadimplentes, sendo 12 de Aparecida de Goiânia e 6 de Trindade.

Ponte Cocalinho

A equipe da Gered realizou no dia 25 de março uma fiscalização de rotina na ponte que liga o município goiano de Aruanã à cidade de Cocalinho, no Mato Grosso. A ponte é objeto de contrato de concessão entre o Estado de Goiás e o Consórcio Caminho do Sol. O diretor de Regulação e Fiscalização, Thiago Nepomuceno, e os engenheiros Gabriella Queiroz Brito e Glenn Oliver Canedo Mereb verificaram se o consórcio adotou as providências determinadas em vistoria realizada em maio do ano passado.

Gestão de frotas

A Coordenação de Apoio Administrativo reuniu os condutores de veículos da agência para o repasse de informações sobre a gestão de frotas para este ano, conforme as diretrizes da Secretaria de Estado da Administração (Sead). Durante o encontro, eles trataram de procedimentos de controle interno da agência, em caso de acidente, multas, abastecimentos, o sistema GesFrotas e os cuidados com os veículos.

Rede

A AGR ingressou na Rede Nacional de Ouvidorias (Renouv) em janeiro. Trata-se do principal fórum de integração das ouvidorias públicas no Brasil, sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da União (OGU) e alinhado à Controladoria-Geral da União (CGU). A adesão, segundo o ouvidor da AGR, Francisco Vieira de Macedo, trará benefícios significativos, proporcionando uma maior padronização nacional em termos de qualidade e boas práticas.

Sumário

4

Goiás no debate da regulação brasileira

5

Mais de 200 processos analisados no primeiro trimestre

6

Agências trabalham juntas na regulação do Saneamento

7

Atendimento itinerante chega a 18 municípios

8

AGR lança novo edital para atender linhas do transporte regular

9

Fiscalização tem recorde de remoção de veículos

10

Nova funcionalidade para o aplicativo AGR Fiscal

11

Goiás sedia primeira edição das Câmaras Técnicas da Abar 2024



20

AGR divulga cartilha sobre ressarcimento de danos elétricos

21

AGR monitora de forma remota abastecimento de água em Ipameri e Buriti Alegre

22

Cronogramas de vistorias dão transparência às ações regulatórias



23

O que faz a Câmara de Julgamento da AGR?

24

Diálogos

26

ENTREVISTA: Participação social na governança regulatória

28

Os desafios da mulher em exercer sua liderança

29

Planejamento e transparência caminhando juntos

30

Sono: Privilégio ou essencial para a sobrevivência?

31

AGR fez primeira doação do ano ao programa Sukatech

32

Compras em 2024 são feitas pela plataforma Sislog

33

AGR na mídia

Goiás no debate da regulação brasileira

Foi uma honra para a AGR receber a primeira edição das Câmaras Técnicas da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar) 2024, ao lado da Agência de Regulação de Goiânia (AR). O evento, que reuniu especialistas do país inteiro na nossa capital, em quatro dias de debates e apresentações de práticas regulatórias inovadoras, representou um marco na história da agência, que no centro do debate da regulação brasileira pôde também mostrar o que ela própria faz na regulação, no controle e na fiscalização dos serviços públicos delegados no estado de Goiás.

Construir uma identidade e um trabalho que pudessem projetar a AGR para fora de seus próprios limites e dar a ela o lugar de destaque no desenvolvimento dos setores regulados e, conseqüentemente, na melhoria dos serviços públicos, tem sido um grande desafio para esta gestão. A agência tem passado por mudanças internas de governança que, pouco a pouco, têm trazido resultados nunca antes vistos, como o crescimento expressivo da receita, a ampliação da capacidade de investimentos, a reestruturação administrativa do órgão, qualificação profissional dos seus quadros, a definição de uma agenda regulatória forte e um planejamento estratégico com metas ousadas e em constante monitoramento.

Buscou-se desde o primeiro momento fortalecer as relações institucionais da agência, criando uma rede de colaboradores e parceiros que potencializam as ações regulatórias no estado. Um exemplo desse esforço é a parceria com as agências reguladoras municipais de Goiânia (AR), Rio Verde (Amae) e Anápolis (ARM) com as quais a AGR formatou um modelo de regulação compartilhada que irá impactar as atividades regulatórias e de fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico. Um modelo inovador que tem recebido a atenção de outros estados. Aqui em Goiás, cada uma das três microrregiões de saneamento terá a atenção da AGR e de uma das agências municipais.

A AGR também tem resgatado parcerias com órgãos da administração estadual que, num permanente diálogo, contribuem para soluções de questões complexas, como o caso das gratuidades no transporte intermunicipal de passageiros. As secretarias Geral de Governo, Economia, Desenvolvimento Social e Procuradoria-Geral, bem como a Controladoria-Geral do Estado, se colocaram ao lado da agência para viabilizar um encontro de contas entre a administração estadual e as empresas operadoras dos serviços regulares de transporte que estavam com débitos junto à AGR, o que deve ocorrer em breve.

O trabalho de fiscalização do transporte de passageiros, foi redimensionado. Esta área tem sido um dos principais pontos de atenção da agência, com a renovação de frotas e aquisições de equipamentos, mas principalmente com a parceria das forças de segurança. A AGR firmou convênio com a Polícia Militar, por meio da Secretaria de Segurança Pública, para maior proteção dos fiscais. A contratação de pátios e guinchos para a retirada de veículos de circulação foi outra importante iniciativa da agência no sentido de uma maior efetividade da fiscalização.

No âmbito da regulação econômica, o trabalho desenvolvido pela equipe da AGR tem gerado reconhecimento entre os concessionários, pelo aprimoramento das metodologias utilizadas nos cálculos dos processos de revisão e avaliação da capacidade econômico-financeira dos prestadores. Essa expertise tem proporcionado a expansão do escopo da agência, também, junto aos órgãos do governo estadual que fazem a gestão do transporte urbano da região metropolitana. Desde 2023, a AGR passou a fazer os cálculos para reajustes e revisões da tarifa de remuneração desse serviço.

Ante todos os desafios regulatórios, as equipes das diferentes áreas trabalham incansavelmente para elevar a um novo patamar as atividades desenvolvidas na AGR, de forma planejada, seguindo rigorosos cronogramas e utilizando recursos tecnológicos que agregam facilidades no monitoramento das atividades. Aliás, o uso intensivo de tecnologia da informação em todas as áreas, com aplicações como a do BPe, que permite acompanhar em tempo real as emissões de bilhetes no transporte intermunicipal, é um dos principais eixos da nossa gestão.

Sediar o evento da Abar possibilitou que tudo isso pudesse ser apresentado num cenário nacional em que tivemos o privilégio de também contar com as presenças dos secretários de Estado Geral de Governo, Adriano da Rocha Lima; de Infraestrutura, Pedro Sales; e de Administração, Sérvulo Nogueira. Pudemos também entregar a Carta da Regulação Brasileira ao governador em exercício, Daniel Vilela, que destacou o apoio do Governo à agência goiana e à causa da regulação.

Aproveito para agradecer à Abar pela confiança e à AR e à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) pela parceria, às demais agências municipais de Anápolis e Rio Verde e a todos que contribuíram para o êxito desse evento. Todos juntos mostramos que a regulação em Goiás está preparada para grandes desafios.

Wagner Oliveira Gomes
Presidente do Conselho Regulador da AGR



Foto: AGR

Mais de 200 processos analisados no primeiro trimestre

O Conselho Regulador da AGR realizou 11 sessões de julgamento, de janeiro a março, sendo 6 sessões ordinárias e 5 extraordinárias. Ao todo, 206 processos foram analisados e julgados pelos conselheiros no período, a maioria, 150, referente a autos de infração por irregularidades no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. Dentre os que resultaram em normativas, estão dois processos conjuntos com as agências reguladoras municipais de Goiânia (AR), Rio Verde (Amae) e Anápolis (ARM) relativos ao reajuste tarifário e à capacidade econômico-financeira da Saneamento de Goiás S/A (Saneago).

Os conselheiros aprovaram, no trimestre, 9 minutas de resolução normativa outorgando autorizações a empresas que se habilitaram pelos editais de chamamento público para a prestação de serviços de transporte de passageiros em trechos não atendidos ou com serviços precários. As empresas autorizadas foram a Realmaia Turismo e Cargas Ltda, a Evolução Transportes e Turismo Ltda., Ivan José da Silva, Primeira Classe Transportes Ltda., Rio Novo Transporte e Turismo, Real Expresso Ltda. e a Cooperativa de Transporte e Turismo da Cidade Ocidental (Cooptro).

Na Nota Técnica conjunta com as agências municipais, contendo os estudos para o reajuste anual da tarifa do saneamento básico, as equipes consideraram para os cálculos o período de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024. O índice de reajuste tarifário (IRT) definido para este ano foi de 1,95%, em vigor a partir de abril. O processo de reajuste da tarifa teve início em novembro do ano passado e teve como base metodologia adotada a partir de 2021 em que, além das variáveis inflacionárias, considerou-se também os fatores de produtividade e qualidade da prestadora.

A segunda Nota Técnica conjunta com as reguladoras municipais foi a relativa aos estudos de comprovação da capacidade econômico-financeira da Saneago para realizar os investimentos necessários à universalização dos serviços de saneamento básico até 2033. As análises dos dados foi feita em duas etapas: a do cumprimento das metas e a dos estudos de viabilidade e captação de recursos.

Também foi aprovada minuta de resolução que dispõe sobre o reajuste do valor da base de cálculo da Taxa de

Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF) para os serviços de abastecimento de água e esgotos no estado. O reajuste resultou no decréscimo da Taxa de R\$ 0,39 para R\$ 0,38 por metro cúbico de água distribuída pelas concessionárias. Para esse índice, foi considerada a variação do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas para o período.

Aprovados também os estudos da Revisão da Tarifa de Remuneração do transporte coletivo urbano de Goiânia e Região Metropolitana, que teve o valor fixado em R\$ 9,3835. Os conselheiros aprovaram, ainda, o valor das tarifas de utilização dos terminais rodoviários de passageiros, com uma variação negativa de -4,16%, a vigorar a partir da data da aprovação. As novas referências dos TRPs a serem praticadas até o final de fevereiro/2025, conforme a classificação do TRPs são: Grupo I – R\$ 6,28; Grupo II – R\$ 4,10; Grupo III – R\$ 3,83; Grupo IV – R\$ 3,42; e Grupo V – R\$ 3,12. O principal terminal rodoviário do estado de Goiás, localizado em Goiânia, terá o valor da TUT passando de R\$ 6,55 para R\$ 6,28, em decorrência do cumprimento normativo e contratual estabelecido pela AGR.

Outra resolução que dispôs sobre tarifas foi a que aprovou a revisão tarifária extraordinária de remuneração do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A decisão teve como base a atualização da alíquota do ICMS incidente sobre as operações do sistema de transporte intermunicipal e vigora a partir de abril, com alíquota de 2,33% para empresas que comprovaram praticar tarifas dentro dos limites aprovados pela AGR e outra de 2,41% para as demais autorizadas.

Outras minutas votadas pelo colegiado tiveram por objetivo aprimorar processos internos, como a que se refere às condições gerais para o recebimento das informações prestadas pelas concessionárias inerentes à TRCF e o seu processamento dentro da Agência. Outra decisão aprovou a Norma de Procedimento Operacional Padrão (POP) de fiscalização contábil e financeira dos prestadores dos serviços públicos concedidos. Julgados e aprovados, ainda, os cronogramas de vistorias de terminais rodoviários, unidades de saúde geridas por OS's e unidades de saneamento básico.

Agências trabalham juntas na regulação do Saneamento

Dois importantes trabalhos foram feitos pela AGR em conjunto com as agências municipais de Goiânia (AR), Rio Verde (Amae) e Anápolis (ARM), desde novembro do ano passado, e que culminaram em duas Notas Técnicas Conjuntas aprovadas pelos colegiados das agências: o reajuste tarifário dos serviços de saneamento básico no estado; e a análise da capacidade econômico-financeira da Saneamento de Goiás S/A (Saneago). Uma cooperação que vem fortalecer e consolidar a regulação dos serviços de saneamento básico no estado de Goiás.

O primeiro trabalho incluiu a mudança nos procedimentos, no qual se estabeleceu diretrizes e mecanismos tarifários destinados a promover a eficiência, a universalização dos serviços, a melhoria da qualidade e a partilha dos benefícios advindos dos ganhos de produtividade da prestadora dos serviços com os usuários. Esses estudos foram realizados de novembro a março, pelas equipes técnicas das quatro agências, e resultaram na Nota Técnica nº 01/2024, que apresentou um Índice de Reajuste Anual 2024 (IRT) de 1,95%

Em março, essas mesmas equipes técnicas analisaram os estudos de comprovação da capacidade econômico-financeira da Saneamento de Goiás S/A (Saneago) para realizar os investimentos necessários à universalização dos serviços de saneamento básico no estado até 2033. O processo cumpriu o disposto no novo marco regulatório do saneamento, que definiu as metas da universalização dos serviços até 2033, e do Decreto Federal 11.598/2023, que estabeleceu a metodologia e os novos procedimentos e critérios para a comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores com contratos em vigor.

Esses procedimentos foram divididos em duas etapas: a análise do cumprimento de índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros; e a análise da adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação de recursos. As análises dos dados apresentados pela prestadora dos serviços e pela certificadora independente Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda resultaram na Nota Técnica Conjunta nº 2/2024 da AGR/AR/Amae/ARM.

A Nota Técnica Conjunta ressalta o que preconiza o novo marco regulatório para o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 2033, aplicável inclusive aos

contratos em vigor. E informa que na etapa 1 do processo foram avaliados o índice de margem líquida sem depreciação e amortização superior a zero, o índice de grau de endividamento inferior ou igual a um, o índice de retorno sobre patrimônio líquido superior a zero e o índice de suficiência de caixa superior a um; e na etapa 2 foram feitos estudos de viabilidade e captação de recursos.

Ao final, o trabalho resultou na aprovação, pelas instâncias superiores da AGR, AR, Amae e ARM, dos estudos de comprovação da capacidade econômico-financeira da prestadora dos serviços e no encaminhamento para publicação no sítio eletrônico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Fotos: AGR



» Imagens da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Anápolis

Atendimento itinerante chega a 18 municípios

Equipes da Ouvidoria Setorial da AGR participaram, no primeiro trimestre do ano, de programas sociais de instituições parceiras com visitas a 18 municípios de diferentes regiões do estado. O trabalho itinerante começou em janeiro com a visita a 11 cidades da região do Entorno do Distrito Federal. Em fevereiro, foram visitados 6 municípios das regiões Norte e Centro-Oeste, também no contexto do programa Goiás Alerta e Solidário do Governo de Goiás. Por último, a AGR esteve em Porangatu, no programa Deputados Aqui, da Assembleia Legislativa.

Nessas ações, a Ouvidoria da AGR registrou 142 manifestações de usuários do transporte intermunicipal de passageiros e também de saneamento básico. Segundo o ouvidor Francisco Vieira de Macedo, o programa Ouvidoria Itinerante é fundamental para garantir que todos tenham acesso aos serviços públicos com a qualidade que merecem. “Nossa missão é ouvir a sociedade goiana e atuar na resolução de problemas relacionados aos serviços regulados”, acentua.

Para isso, conforme observa, as parcerias são importantes para expandir e fortalecer o programa. “Com isso, a AGR mais uma vez reforça o seu compromisso com a população, garantindo transparência dos seus atos e também contribuindo para a melhoria dos serviços públicos”, afirma. “Com a ouvidoria itinerante, vamos até às comunidades, especialmente àquelas mais distantes e carentes para ouvir de perto suas necessidades”, completa.

Durante as visitas, os colaboradores da AGR dialogam com prefeituras, prestadores dos serviços regulados e usuários, para identificar as demandas; visitam terminais rodoviários; e participam de ações de fiscalização da AGR nas rodovias de acesso aos municípios. Além disso, visitam as rádios e tevês locais, divulgando as atribuições da AGR e os canais de acesso para manifestações em caso de insatisfação com os serviços regulados, ou seja, de saneamento básico, energia, transporte intermunicipal de passageiros, terminais rodoviários, unidades hospitalares geridas por OS's e outros.

Na primeira ação itinerante de 2024, foram visitados, de 22 a 27 de janeiro, os municípios de Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Pirenópolis. Em Anápolis, a equipe esteve na prefeitura, no Vapt Vupt, terminal rodoviário e, também, na Agência Reguladora Municipal de Anápolis (ARM). No estúdio da Rádio Manchester, o ouvidor Francisco Macedo foi entrevistado.

Nas cidades de Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, Cristalina e Luziânia, a equipe visitou prefeituras, unidades do Vapt-Vupt e terminais rodoviários. Em Luziânia, a equipe participou de reunião na

sede da prefeitura, em que foram apresentadas pelo município demandas relativas a saneamento básico, infraestrutura dos terminais e o benefício de gratuidade para idoso e pessoa com deficiência.

Nas visitas a Abadiânia, Alexânia, Padre Bernardo e Pirenópolis, os colaboradores da AGR estiveram nas prefeituras, nos terminais rodoviários e nas unidades do Vapt-Vupt, sendo que em Pirenópolis a equipe visitou também o Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime, onde foram recebidos pelo diretor Joseval dos Santos Reis.

Por último, foi visitada a Cidade Ocidental, onde agendaram uma visita da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura Urbana do município à sede da AGR em Goiânia.

De 5 a 10 de fevereiro, a Ouvidoria Itinerante da AGR esteve nos municípios de Campinaçu, Colina do Sul, Niquelândia, Goianésia, Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, no Centro-Oeste e Norte Goiano, na segunda edição do programa Goiás Alerta e Solidário. Nesses municípios, a equipe da Ouvidoria visitou os terminais, as unidades de Vapt-Vupt e também as prefeituras.



» Equipe da Ouvidoria com a prefeita Vanuza Valadares, em Porangatu

Já na primeira edição do programa da Assembleia Legislativa, Deputados Aqui, a AGR ouviu a população de Porangatu nas suas demandas em relação aos serviços de saneamento básico, energia e transporte intermunicipal de passageiros. No estande da AGR, o ouvidor Francisco Macedo e sua equipe receberam a visita da prefeita Vanuza Valadares, colocando-se à disposição da prefeitura para intermediar questões ligadas aos serviços regulados pela agência.

AGR lança novo edital para atender **linhas** do transporte regular

O primeiro chamamento público do ano contemplou linhas remanescentes dos três editais de 2023. A AGR, por meio do Conselho Regulador, aprovou, no dia 14 de março, minuta do edital para permitir o ingresso e a participação de interessados na exploração de serviços regulares de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no estado de Goiás. O edital contempla 76 trechos.

Na aprovação da minuta, o presidente do Conselho Regulador, Wagner Oliveira Gomes, observou que o serviço de transporte intermunicipal de passageiros é essencial à população e que só em 2023 foram transportados 3 milhões de passageiros nas linhas regulares autorizadas pela AGR. Atualmente, segundo afirmou, são 270 linhas em operação, atendendo todas as regiões do estado.

Ele parabenizou a Diretoria de Regulação e as gerências de Regulação Econômica e de Transporte que vêm aperfeiçoando os editais. “A continuidade desse processo requer ajustes e aprimoramentos que estão sendo feitos”, reforçou.

Habilitação

As empresas interessadas vão atuar de forma não exclusiva e em ambiente de livre e aberta competição, mediante



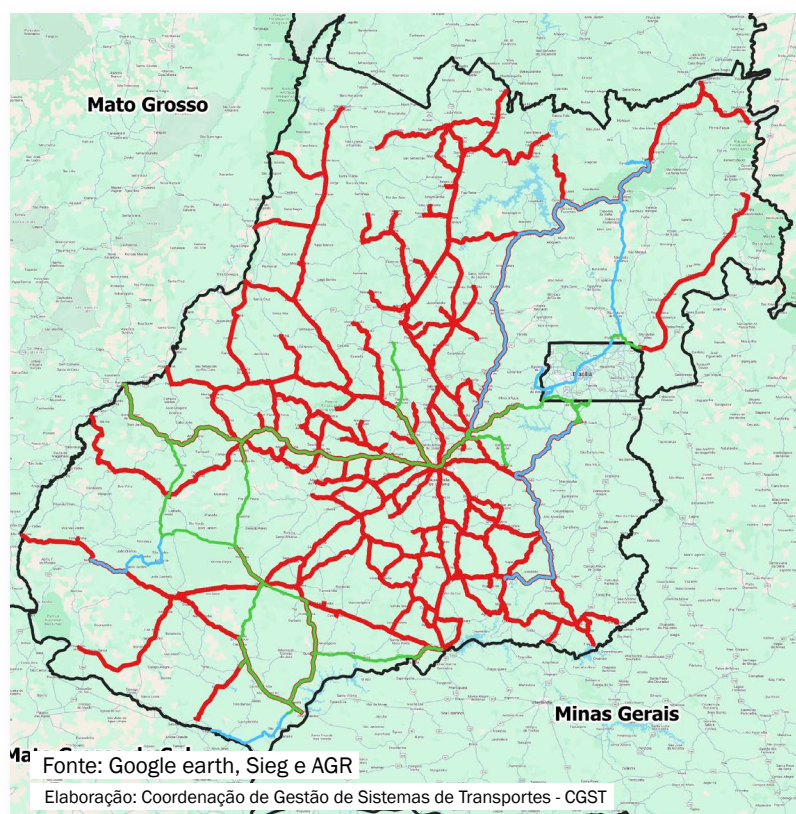
Foto: minasvans.com.br

pagamento de outorgas e cumprimento das exigências legais. O edital contém a relação de documentos necessários para a habilitação, incluindo os projetos técnicos e operacionais, além da metodologia de análise dos documentos, bem como um anexo com a relação de linhas ofertadas no chamamento. Contém também as regras a serem adotadas na avaliação das propostas e das demais exigências a serem cumpridas pelas autorizatárias.

As outorgas terão vigência de 15 anos, prorrogável por igual período, e os investidores poderão requerer autorizações para uma ou mais linhas dentre as listadas no edital, que terá vigência de um ano, prazo no qual os interessados poderão apresentar os documentos necessários para a habilitação técnica e jurídica. As propostas dos investidores serão analisadas pela Comissão Especial de Chamamentos Públicos do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Goiás.

Os chamamentos anteriores, 01, 03 e 04/2023, foram revogados, mas os pedidos já iniciados foram respeitados.

[Veja aqui o edital](#)



Fonte: Google earth, Sieg e AGR

Elaboração: Coordenação de Gestão de Sistemas de Transportes - CGST

Linhas autorizadas antes chamamento - 244

Linhas autorizadas através do chamamento - 26

Linhas em processo de autorização - 13

Fiscalização tem recorde de remoção de veículos

A Coordenação de Fiscalização do Transporte realizou 44 ações de fiscalização de rotina no trimestre, além de 2 operações especiais nos feriados prolongados de Carnaval e Semana Santa, quando foram registradas 1.821 abordagens a veículos transportando passageiros. Nessas abordagens, as equipes de fiscalização lavraram 339 autos de infração em desfavor de pessoas físicas e jurídicas que prestavam o serviço sem observar as normas regulatórias, sendo 48 durante o Carnaval e 32 no feriado da Semana Santa.

Segundo observa a coordenadora de Fiscalização, Cristina Zanin, essas ações têm sido fundamentais para o bom andamento do transporte intermunicipal de passageiros em Goiás, uma vez que a presença dos fiscais nas rodovias e nos terminais representa mais segurança aos passageiros em geral. “Além disso, para aqueles que insistem em práticas irregulares, as remoções de veículos aumentaram significativamente, após o credenciamento de pátios e guinchos em todo o estado, alcançando um número recorde para o período”, afirma. No total, 45 veículos vão guinchados aos pátios credenciados.

Cristina Zanin destaca que no trimestre teve início o convênio da AGR com a Polícia Militar de Goiás (PMGO), especificamente com o Batalhão de Terminal, que tem dado apoio às equipes de fiscais em todo o estado, trazendo mais segurança durante as ações, tanto para os fiscais quanto para os passageiros. “Números tão significativos só são possíveis graças às parcerias e ao empenho e comprometimento das equipes volantes em campo e também às equipes lotadas nos terminais rodoviários, além de todo o suporte dos servidores administrativos”, ressalta.

Carnaval

No feriado de Carnaval, as equipes de Fiscalização da AGR iniciaram a operação no dia 9 de fevereiro nas principais rodovias do estado, com o objetivo de coibir o transporte irregular entre as cidades goianas. Todas as equipes foram colocadas em campo para fiscalizar o transporte de passageiros nos acessos às principais cidades e regiões turísticas, além da região metropolitana da capital, identificando veículos e viagens não autorizadas tanto para o transporte regular quanto para viagens de fretamento.

O trabalho teve o apoio da Polícia Rodoviária Federal em Goiás, da Polícia Rodoviária Estadual e da Polícia Militar. Algumas equipes foram mantidas nos terminais de embarque e desembarque em Goiânia, Campinas e Anápolis.

A operação resultou em 48 autos de infração por uso de veículos não cadastrados na AGR, por fretamento não autorizado, por uso de veículos com problemas em equipamento de segurança, superlotação e outros motivos.

Durante todo o período, a AGR intensificou as orientações aos usuários do transporte intermunicipal para que evitassem o transporte clandestino, que num primeiro momento pode parecer atrativo mas que pode acarretar sérios prejuízos aos passageiros.

Semana Santa

A Operação Semana Santa se deu de 25 a 31 de março com apoio da Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual e Polícia Rodoviária Federal. Em sete dias, os fiscais em diferentes pontos das rodovias em todo o estado de Goiás abordaram 143 veículos e emitiram 32 autos de infração. As fiscalizações abrangeram diversas localidades, incluindo Goiânia e região metropolitana, Águas Lindas, Cidade Ocidental e Luziânia, Entorno de Brasília, Anápolis, Goianápolis, Cidade de Goiás, Itauçu, Jussara, Caldas Novas e Rio Quente.

Dos autos de infração registrados, destaca-se o número de transporte clandestino, com 18 autos, sendo que 14 veículos foram removidos com base na Lei 18.673/2014, que trata da concessão, permissão e autorização dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros. Além de serem autuados e penalizados pelo não cumprimento das normas do transporte, os infratores também arcam com as despesas dos serviços de guincho e as diárias do pátio.

Durante a Semana Santa, os fiscais da AGR realizaram ainda uma operação conjunta no Terminal Rodoviário de Goiânia, na quinta-feira, 28, com a participação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Polícia Rodoviária Federal, o Detran e a Polícia Militar de Goiás (PMGO).



Foto: AGR

» Veículo irregular sendo removido pela AGR

Nova funcionalidade para o aplicativo **AGR Fiscal**

Em fevereiro, a AGR implementou uma nova função no aplicativo AGR Fiscal, ferramenta essencial para a fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros no estado de Goiás. Desenvolvida pela equipe da Gerência de Tecnologia e Apoio Administrativo (Getad), a inovação garante mais agilidade, transparência e eficiência nos processos de fiscalização, além de reforçar o compromisso da AGR com a qualidade dos serviços prestados à população.

Com a nova função disponível, os agentes da Coordenação de Fiscalização da Gerência de Transporte da AGR poderão alterar os dados relativos à reincidência nos autos de infração, após decisão da Câmara de Julgamento na primeira instância. Os tipos de reincidências que poderão ser alterados pela Coordenação de Fiscalização do Transporte são: não reincidente, reincidência genérica e reincidência específica.



O AGR Fiscal é utilizado pelos fiscais para o registro das abordagens e as lavraturas dos autos de infrações em tempo real, usando um celular ou um tablet. Através do Portal de Sistemas da agência, a equipe pode consultar as licenças de viagens e o cadastro das empresas e dos veículos que fazem o transporte de passageiros entre municípios goianos e fazer a aplicação da multa de forma mais direta.

Antes do aprimoramento do aplicativo, o sistema indicava se o auto de infração era reincidente ou não, conforme as regras estabelecidas pela legislação, mas não era permitido alterar os dados no processo após a lavratura.

Segundo a gerente de Tecnologia e Apoio Administrativo, Luciana Dutra Martins, a criação dessa função partiu de uma solicitação feita pelas unidades de Transporte, Secretaria-Geral e Finanças. “Dessa forma, a nova funcio-



» O AGR Fiscal é ferramenta essencial de trabalho dos fiscais

nalidade permite uma maior transparência e celeridade na tramitação de processos de auto de infração nas reuniões do Conselho Regulador”, explica a gerente.

Conforme acentua Luciana Martins, a implementação de novas tecnologias na fiscalização do transporte é um passo importante na modernização dos processos internos para a melhoria dos serviços prestados pela AGR. O sistema AGR Fiscal e o Portal de Serviços Eletrônicos da Agência são implementados e mantidos por equipes da G4F Soluções Corporativas Ltda., empresa contratada, sob a gestão de contrato da Getad.

Outras aplicações

Ainda no primeiro trimestre do ano, a Gerência de Tecnologia desenvolveu, entre outras aplicações, os novos relatórios de créditos inscritos em dívida ativa e de negociações para monitoramento de receitas pela área da contabilidade; novos relatórios e funcionalidades para apoio à cobrança administrativa de créditos inscritos em dívida ativa; e novos relatórios de vistoria de TRPs e Unidades de Saúde.

Com previsão de conclusão em abril, a Gerência já iniciou o desenvolvimento de Pesquisa de Satisfação de usuários de Terminais Rodoviários de Passageiros e Unidades de Saúde geridas por OSs; além do Sistema de Remessa Eletrônica de Postagens para Correios.

Goiás sedia primeira edição das **Câmaras Técnicas** da Abar 2024

Por quatro dias, estado reuniu especialistas em regulação de todo o País, representando agências nacionais, estaduais, municipais e intermunicipais, para a discussão de temas relevantes para a regulação brasileira. A Agência Goiana de Regulação (AGR) e a Agência de Regulação de Goiânia (AR) foram as anfitriãs do evento que registrou recorde de público, com 800 participações.

As Câmaras Técnicas em Goiás tiveram sede no parlamento goiano e foram prestigiadas por representantes do Governo Estadual, com a participação dos secretários de estado da Secretaria-Geral de Governo, Adriano da Rocha Lima; da Secretaria de Infraestrutura, Pedro Sales; e do secretário de Administração, Sérvulo Freire.

O evento reuniu de forma presencial importantes expoentes da regulação brasileira, sob o comando do presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), Vinícius Benevides, que fez a abertura oficial, no dia 19, e coordenou os trabalhos durante os quatro dias.

A primeira edição das Câmaras Técnicas do ano ganhou destaque nos meios de comunicação também com a entrega da Carta da Regulação Brasileira ao governador em exercício, Daniel Vilela, em encontro no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

As reuniões das Câmaras Técnicas em Goiânia foi a primeira edição da Câmara Técnica de Governança, Controle Social, Ouvidoria e Comunicação (CTGCS), que trouxe dois temas nesta etapa: Modelo de Maturidade de Ouvidorias Públicas; e a Resolução da ANA nº 179/2024.

A Câmara de Assuntos Jurídicos e Institucionais (CTJI) tratou da Norma de Referência de Matriz de Riscos (NR ANA nº 05/2024); e o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (PRO-REG).

O segundo dia do evento foi dedicado à Câmara Técnica de Energia, com a apresentação do Panorama do armazenamento de energia em baterias no Brasil, do Projeto de armazenamento no litoral sul de São Paulo e dos Contratos de Distribuição de Energia e Implicações no Desenvolvimento da infraestrutura e atendimento dos consumidores.

Ainda no segundo dia, a Câmara Técnica de Petróleo e Gás trouxe o tema Planejamento da Transição Energética: o papel do gás natural; as Perspectivas para o Gás Natural no Brasil; e a Exposição dos preços de GNV em Litro de Gasolina Equivalente (LGE).

O terceiro dia foi reservado à discussão de importantes temas na Câmara Técnica de Saneamento, Recursos Hídricos e Saúde (CTSAN). Inicialmente, foi apresentado o planejamento dos Grupos Técnicos, seguido das considerações das PPP no Processo Tarifário.

Os GTs apresentaram pela manhã o tema Pontos de aprimoramento na NR de Indicadores e as Adaptações necessárias no SNIS e Acertar. À tarde, foram apresentados os temas: Impactos da NR MTP nº 38 sobre a prestação e a regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; Proposta de Resolução da Adasa que estabelece as condições gerais da prestação e utilização de serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no DF, objeto de Audiência Pública nº 01/2024; Aspectos institucionais da drenagem e manejo de águas pluviais; e Reforma tributária e os possíveis impactos no setor de saneamento.

E o último dia do evento foi dedicado à Câmara Técnica de Transporte, Logística e Segurança Viária (CTTRANS), com a realização de três painéis: A importância das parcerias institucionais para o desenvolvimento nas áreas de Transporte, Logística e Segurança Viária; O Transporte multimodal de cargas e o desenvolvimento sustentável; e O Papel da Agência Goiana de Regulação (AGR) para o Desenvolvimento Regional, tema apresentado pelo presidente Wagner Oliveira Gomes, em que destacou as principais ações da AGR no setor de transporte.

Foto: Wildes Barbosa

» Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás onde foram realizadas as Câmaras Técnicas da Abar

“As câmaras técnicas são o coração da Abar”

O presidente da Abar, Vinícius Benevides, abriu oficialmente as Câmaras Técnicas na manhã de terça-feira (19/03), destacando que as Câmaras Técnicas são o corpo vivo das agências reguladoras, que juntas regulam 50% da economia do Brasil. “O setor de regulação tem uma importância muito grande no Brasil porque para se investir no Brasil ou em qualquer país, há um triângulo de atração de investimentos, em que se pergunta se há mercado, se há ambiente político e como está o ambiente regulatório e se há segurança jurídica para os investimentos”, enfatizou.

Benevides observou que o nível da regulação no Brasil está se elevando, inclusive com a troca de experiências com outros países. Lembrou que nesse momento o país se prepara para entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que as agências reguladoras precisam estar no Nível A, com plena autonomia financeira e regulatória, com independência, funcionando bem para que se faça uma regulação de qualidade.



Foto: Edinan Ferreira | SGG

» O presidente da Abar, Vinícius Benevides

“Quando reunimos nossas agências, nós estamos queimando etapas, com agências mais experientes passando conhecimento para outras com menor conhecimento”, acentuou Benevides, informando que só no ano passado 10 mil reguladores passaram por cursos e eventos promovidos pela entidade. Ele informou que esses eventos geram grande produção de artigos. “Só o



» Mesa de abertura do 1º dia das Câmaras Técnicas em Goiânia

Congresso Brasileiro de Regulação, no ano passado, gerou 214 artigos inéditos produzidos pelas áreas de regulação. As Câmaras Técnicas são o coração da Abar”, disse.

A solenidade de abertura contou com a presença do presidente da Agência Goiana de Regulação (AGR), Wagner Oliveira Gomes, representando o governador Ronaldo Caiado, e dos presidentes das agências municipais de Goiânia (AR), Hudson Novais, de Rio Verde, Bruno Saleh; e de Anápolis, Robson Torres; além de dirigentes e especialistas de agências de vários estados. O presidente Wagner Gomes agradeceu à Abar pela oportunidade de realização do evento em Goiânia e falou que o evento era uma oportunidade de ímpar para troca de experiências e boas práticas.

Segundo o presidente da AGR, por sua relevância, a reunião das Câmaras Técnicas representa a essência do propósito da Abar que é, dentro outros, o de promover a mútua colaboração entre suas associadas, buscando o aprimoramento da regulação e da sua capacidade técnica, razão maior de estarem todas as agências ali reunidas. Wagner Gomes apresentou os avanços na regulação em Goiás, lembrando que nesse momento a Agência participa ativamente do processo de regionalização do saneamento básico em parceria com as agências municipais, e, também, da

preparação de um plano de resultados para a concessionária de energia no estado, com vistas à regularização dos serviços até 2028, num trabalho conjunto com a Aneel.

Na regulação do transporte intermunicipal de passageiros, o presidente da AGR ressaltou os esforços da agência na retomada das autorizações para empresas interessadas em operar o sistema e disse trabalho já resultou em 39 autorizações para a prestação de serviços em linhas que estavam abandonadas ou funcionando de forma precária. Dessas autorizações, 26 linhas já estão em operação.

Wagner Gomes faltou, também, do programa de incentivo à regularização fiscal da AGR, o Refis, que negociou mais de R\$ 155 milhões em créditos tributários e não tributários, um resultado, segundo ele, histórico para a agência.

Participaram ainda da solenidade de abertura, os conselheiros da AGR Natália Maria Briceño Spadoni, Paulo Tiago Toledo Carvalho, Guy Brasil Cavalcanti e Ricardo Baiocchi, além dos diretores de Gestão Integrada, Andrea Bononato, e de Regulação e Fiscalização, Thiago Nepomuceno; e os gerentes de Saneamento, Eduardo Henrique da Cunha; de Energia, Jorge Pereira da Silva; de Transporte, Delano de Pádua Pacheco; e da Ouvidoria Setorial, Francisco Vieira de Macedo.

Carta da Regulação Brasileira é entregue ao Governo de Goiás



Foto: André Costa

» Entrega da Carta ao governador em exercício Daniel Vilela

O presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), Vinícius Benevides, acompanhado de dirigentes da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), de conselheiros da Agência Goiana de Regulação (AGR) e de diretores das agências municipais de Goiânia, Rio Verde e Anápolis, entregou, no dia 19 de março, a Carta da Regulação Brasileira ao governador em exercício Daniel Vilela. Durante o encontro, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o governador destacou a importância dessas instituições na execução das políticas públicas idealizadas pelo Governo de Goiás e que impactam a vida da população.

“As agências de regulação promovem o equilíbrio nas relações entre o titular dos serviços públicos, os prestadores de serviços e os usuários. Atuam em áreas importantes como os setores de energia elétrica e saneamento básico, e também no setor de transporte de passageiros”, disse Daniel Vilela. “Buscar a excelência na prestação destes serviços e lutar por preços justos são algumas de suas principais atribuições”, acrescentou.

Vinícius Benevides ressaltou que a Carta foi subscrita pelas 73 agências

associadas da Abar e por outras que ainda não estão associadas, por isso o documento representa o pensamento da regulação brasileira. “Os reguladores não fazem política pública, isso é uma função do poder executivo, mas nós executamos essas políticas; e nos contratos de concessão, que são de longo prazo, as agências dão segurança jurídica para que o investidor possa vir aqui e saber que não haverá problema com mudanças políticas”, disse.

A Carta, segundo Benevides, fala da importância das agências reguladoras para o desenvolvimento nacional. “Fala da importância da autonomia das agências, autonomia administrativa, autonomia financeira e autonomia regulatória. Só sendo independentes e autônomos, nós podemos dar segurança jurídica para aqueles que vão investir no país. Uma carta pequena mas muito importante”, acentuou.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, que integrou a comitiva ao palácio, afirmou que a Carta subscrita pelas agências brasileiras traz conceitos importantes de governança para a regulação, e que é um documento importantíssimo para as agências. “Nós temos em Goiás um governo que apoia

e que respeita a regulação. Temos aqui um ambiente extremamente favorável ao processo regulatório”, observou, explicando que para garantir a segurança jurídica aos investidores, é preciso que se tenha um ambiente regulatório sólido, para que os investidores se sintam seguros em realizar os investimentos.

À imprensa, o governador reforçou que Goiás está muito bem representado no cenário nacional da regulação. “O Governo do Estado tem procurado fortalecer a AGR, que hoje conta com profissionais com a expertise e a eficiência necessárias para desempenhar um bom trabalho”, pontuou.

O documento, escrito pelos participantes do I Encontro Nacional das Agências Reguladoras, em Brasília, em novembro de 2022, já foi entregue ao presidente Lula e a diversos governadores.

Participaram, ainda, do encontro, os diretores da Adasa, Rogério Rosso e Felix Palazzo, e o assessor Silvio Diniz, da Abar; os diretores da AR de Goiânia, Hudson Novais; da Amae de Rio Verde, Bruno Saleh; e da ARM de Anápolis, Robson Torres; e os conselheiros da AGR Natália Maria Briceño Spadoni, Paulo Tiago Toledo Carvalho e Guy Brasil Cavalcanti.

Ouvidoria da AGR apresenta experiência em modelo de maturidade

Foto: Edinã Ferreira | SGG



» Auditório lotado no 1º dia de reuniões

Imediatamente após a solenidade de abertura das Câmaras Técnicas, teve início a primeira reunião, que teve como tema o Modelo de Maturidade de Ouvidorias Públicas e foi coordenada pelo presidente da Agência de Regulação de Mato Grosso (Ager-MT), Luis Alberto Nespole, e foi moderada pelo ouvidor da Agência de Regulação de São Paulo (Arsesp), Paulo Goes. O ouvidor setorial da AGR, Francisco Vieira de Macedo, foi um dos convidados para o painel, que contou, ainda, com a participação do controlador-geral de São Paulo, Valmir Gomes Dias, e da ouvidora geral do DF, Cecília Souza Fonseca.

Segundo o coordenador Luis Alberto Nespole, o modelo de maturidade de ouvidorias, que começou na CGU, está sendo desdobrado para os estados, para as CGEs, e que em Goiás também isso já foi feito. “O modelo de maturidade é uma maneira muito importante de medir a atual maturidade e ver os temas que ainda não estão em sua completude para que haja evolução das ouvidorias”, explicou. As ouvidorias, conforme ressaltou, são um dos instrumentos mais importantes de transparência e interlocução com a sociedade.

De acordo com Paulo Goes, as câmaras técnicas são importantes para a troca de conhecimento, tendo contribuído muito para o aperfeiçoamento das agências e a melhoria da regulação no país. “É um orgulho participar dessa câmara que foi criada com foco no usuários do serviço público, para quem são dirigidas as políticas públicas; e o olhar do regulador precisa ser muito atento, porque é o usuário que tem mais dificuldade de participar do processo regulatório; então essa iniciativa de se fortalecer a posição do usuário no âmbito da regulação é muito bem-vinda”, disse.

Quando ao modelo de maturidade, ele disse que o instrumento adotado na CGU, em parceria com a Euro Social +, que é um programa da União Europeia para coesão social na América Latina e Caribe, é um norteador que pode mostrar para as ouvidorias os estágios em que se encontram e os passos que devem dar para se robustecerem e possibilitarem que o cidadão possa efetivamente participar e controlar os serviços públicos.

Uma das experiências apresentadas durante a câmara técnica foi a da Ouvi-

doria Setorial da AGR que, segundo o ouvidor Francisco Vieira de Macedo, já adota há três anos um modelo de maturidade que atende de forma exclusiva ao estado de Goiás. “Hoje estamos no nível três de maturidade, e pretendemos alcançar o nível de maturidade 4 em breve”, destacou. “O modelo de maturidade é essencial para garantir a qualidade do serviço prestado pela ouvidoria, e como ouvidoria de uma agência reguladora, sabemos da nossa importância para medir a qualidade dos serviços prestados à população pelas concessionárias”, afirmou.

Num segundo momento da Câmara Técnica de Governança, foi discutida a Resolução nº179/2024 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que instituiu o Pró-Saneamento, com a participação dos palestrantes Carlos Roberto de Oliveira, diretor da ARES-PCJ, e Lauseni Santori, coordenadora de Governança das Entidades Reguladoras da ANA. A discussão teve como moderador o chefe do Controle Interno & Compliance da Adasa, Dennis Valle.

Na tarde do primeiro dia de evento, discutiu-se a Norma de Referência de Matriz de Riscos (NR ANA nº 05/2024) e o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para gestão em Regulação (Pró-Reg), dentro da Câmara de Assuntos Jurídicos e Institucionais.

O primeiro momento teve como moderador o diretor da Ares-PCJ, Carlos Roberto de Oliveira, e como palestrantes Flávia Ataíde França Teles, coordenadora de Contratos da ANA, e Tiago Alves de Sousa, procurador Jurídico da ARES-PCJ. O segundo painel teve como palestrantes a diretora do Departamento de Política Regulatória, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sabrina Fernandes Maciel, e o chefe do Controle Interno & Compliance da Adasa, Dennis do Valle.

Agências discutem energia, petróleo e gás

Foto: AGR

No seu segundo dia, as Câmaras Técnicas da Abar apresentaram temas relacionados às áreas de energia, petróleo e gás e tiveram, no momento de abertura, a presença do secretário-geral de Governo do Estado de Goiás, Adriano da Rocha Lima. Na solenidade, ele afirmou que o setor elétrico está passando por uma profunda transformação e que o Brasil, como país de grande potencial energético, precisa estar à frente dessa discussão.

O presidente da Abar, Vinícius Benevides, deu as boas-vindas a todos, afirmando ser uma honra estar na mesa com os representantes do setor elétrico, entre eles o diretor da Aneel e da Abar, Ricardo Lovarato Tili, e o superintendente da Aneel, Carlos Alberto Mattar, o secretário Adriano da Rocha Lima, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e o presidente da Agência de Goiânia, Hudson Novais, todos engenheiros eletricitistas.

Potencial energético

Adriano da Rocha Lima observou que o tema da energia era caro para Goiás que tem vivido um drama em relação à distribuição de energia, desde a federalização da Celg, passando pela concessão para a Enel e agora para a Equatorial. “Sabemos que a distribuição de energia não se transforma da noite para o dia de forma significativa e que é um processo contínuo. O indicador de continuidade que hoje alcança 10% dos conjuntos no limite regulatório e que tem como meta 80% em 2028 não vai dar um salto; então, o papel das agências é importante no acompanhamento, porque nós não podemos esperar para

constatar lá na frente que isso não está acontecendo”, afirmou.

O secretário lembrou que o País tem potencial enorme com etanol que é fonte de energia limpa, em substituição aos combustíveis fósseis, entre outras fontes, que inserem a componente ambiental ao desenvolvimento do setor elétrico, mas lembrou que há uma tendência em dizer que só a eólica e a fotovoltaica são energias renováveis e sustentáveis. “O Brasil tem um potencial hídrico muito grande, e não estamos tendo leilões da parte hídrica; as pequenas centrais hidroelétricas têm um potencial enorme, principalmente aqui no estado de Goiás, e essas fontes trazem um componente que as outras não têm, que é o da segurança energética”, destacou.

“Não precisamos privilegiar nem uma nem outra, precisamos ver essa diversidade, garantindo que o Brasil não só caminhe para a energia renovável, mas, também, tenha a segurança energética que é tão importante para o desenvolvimento do País, da nossa infraestrutura”, disse o secretário. Ele concluiu sua fala, afirmando que o tema deve ser discutido e que o papel das agências reguladoras é fundamental para que as transformações do setor energético se deem de forma ampla e seja exitosa.

Energia, Petróleo e Gás

Coordenada pelo superintendente da Aneel, Carlos Alberto Mattar, a Câmara de Energia discutiu três temas: O panorama do armazenamento de energia em baterias no Brasil, apresentado por Markus Vlasits, presidente da

Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (Absae); O projeto de armazenamento de energia em baterias no litoral sul do estado de São Paulo, com Ferdinand Vale, gerente Sênior de Projeto e Leilões na ISA CTEEP; e Os contratos de distribuição de energia e implicações no desenvolvimento da infraestrutura e atendimento aos consumidores, com Marco Antonio Vilela de Oliveira, superintendente de Energia da Secretaria de Energia e Economia do Mar do Rio de Janeiro.

Na Câmara de Petróleo e Gás, coordenada pelo conselheiro da Agenera do Rio de Janeiro, Vladimir Paschoal, e que teve a participação do especialista em Regulação e Fiscalização da ARSP, secretário executivo da CTGás, Alberto Cesar de Lima. O primeiro tema debatido foi Planejamento da transição energética: O papel do gás natural, que teve como palestrantes Marcello Weydt, diretor do Departamento de Gás Natural do MME; Júlio Ramos, assessor técnico da ANTT e secretário executivo da Câmara Técnica de Transporte; Marcelo Mendonça, diretor técnico-comercial da Abegas; e Luiz Gustavo Oliveira, pesquisador do Instituto I17.

Em seguida, foram debatidas as Perspectivas para o Gás Natural no Brasil, tendo como palestrante a diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, Heloísa Borges. Por último, os participantes ouviram dois palestrantes, Fernando Montera, coordenador de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, e o diretor de Câmara da Agrese, Douglas Costa Santos, sob o tema “Exposição dos preços de GNV em litro de Gasolina Equivalente (LGE).

Destaque para arranjo regulatório do **saneamento** em Goiás

Foto: AGR



» Mesa de abertura do 3º dia de reuniões

Os trabalhos do terceiro dia das Câmaras Técnicas foram abertos pelos dirigentes da Agência Goiana de Regulação (AGR), Wagner Gomes, e da Agência de Regulação de Goiânia (AR), Hudson Novais, tendo como convidado o secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás, Pedro Sales, que apresentou a experiência de Goiás na regionalização do saneamento, a partir do novo marco regulatório. “Nós vivemos aqui no estado de Goiás um momento marcante com relação à trajetória da governança da política de saneamento básico”, observou o secretário, ao falar do que fez Goiás para avançar na regionalização.

O estado, conforme explicou, editou a Lei Complementar 182/2023 que definiu a divisão do território em três blocos de microrregiões, criando também os órgãos de governança, um comitê técnico para discutir e tomar decisões de caráter mais técnico e emitir parecer, com oito representantes dos municípios e três indicados pelo Estado. Há também um colegiado soberano daquela região, integrado pelo representante do Estado e os prefeitos que integram as microrregiões, e é esse colegiado que toma as decisões em definitivo.

Ele lembrou que, num primeiro momento, as três microrregiões (Centro, Leste e Oeste) ficaram sob a jurisdição regulatória da AGR, que decidiu propor a participação das agências municipais

interessante e nova que está efervescente no País, que historicamente vinha com uma política de saneamento muito municipalista, uma vez que a Constituição Federal conferiu os serviços de saneamento aos municípios”, afirmou.

Pedro Sales destacou que Goiás realizou audiências públicas para debater como se daria a regulação nos blocos, considerando a participação dos reguladores municipais e que, de forma equilibrada, as agências começaram a criar um contrato de programa que regula esses aspectos regulatórios multinível, definindo o que é atribuição de cada uma, os critérios de desempate de deliberação e conferindo a vantagem de se ter um ente regulador mais próximo dos municípios.

“Eu sempre fui muito simpático a esse novo arranjo regulatório. E diria o seguinte, como nós estamos falando de arranjos federativos multinível, quanto maior a participação do município ou dos municípios em pontos de poder estratégico dividindo essa força com o Estado, melhor”, reforçou.

O secretário da Infraestrutura, que foi eleito secretário das três microrregiões de saneamento, defendeu também a padronização regulatória no país, reconhecendo o esforço que a Abar tem feito nesse sentido, e ressaltou as mudanças trazidas pelo novo marco regulatório que, segundo ele, incentivam

para exercerem em cooperação a regulação sobre a microrregião que integram. E que, assim, a Seinfra recebeu os pedidos de Goiânia (AR), de Rio Verde (Amae) e de Anápolis (ARM). “Com isso, nosparamos com uma questão

a participação do segmento privado no setor do saneamento. “Aqui no estado, junto com as microrregiões, a gente tem um contrato com o BNDES para que ele nos traga uma modelagem de licitação de blocos dentro da microrregião”, disse, referindo-se à consultoria que visa a estruturação de parcerias público-privadas (PPPs) como forma de atrair novos investimentos para o setor em Goiás.

Nesse sentido, Pedro Sales fez um apelo às agências reguladoras de Goiás e dos demais estados para que atuem de forma a transmitir credibilidade, segurança e certeza para os negócios jurídicos. “Dinheiro nunca anda sozinho, só anda se do lado dele tiver estabilidade e certeza, e só quem pode proporcionar isso são os reguladores”, concluiu.

Trabalhos

No decorrer do dia, foram apresentados os trabalhos dos Grupos Técnicos de Indicadores, de Água, Esgoto e Saúde, de Tarifas e Contabilidade, de Resíduos Sólidos e de Drenagem.

O GT Indicadores apresentou o tema Pontos de Aprimoramento na NR de Indicadores e Adaptações necessárias no SNIS e Acertar. Já o GT de Resíduos Sólidos apresentou os impactos da Norma Regulamentadora MTP nº 38, sobre a prestação e a regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e os aspectos inovadores do modelo de concessão dos serviços de manejo de resíduos sólidos do Consórcio CIAS, do centro-oeste mineiro.

O GT de Drenagem apresentou a Proposta de Resolução da Adasa que estabelece as condições gerais da prestação e utilização de serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no DF e os Aspectos institucionais da drenagem e manejo de águas pluviais.

Por último, o GT de Tarifas e Contabilidade apresentou a reforma tributária e os possíveis impactos no setor de saneamento.

Os desafios da AGR na regulação do transporte

A Câmara Técnica de Transporte, Logística e Segurança Viária (CT-Trans) foi aberta pelo presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e pelo presidente da AR, Hudson Novais, e teve a coordenação de Murilo Leal, da Agetransp, que participou on-line, e do diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Thiago Nepomuceno, no presencial. O convidado para a solenidade de abertura foi o secretário de Administração do estado de Goiás, Sérvulo Freire Nogueira, que ressaltou a importância das agências reguladoras para a redução do custo do crescimento do País.

Segundo o secretário, só haverá expansão desse crescimento se houver uma melhoria no setor regulatório. “Os desafios são enormes, mas é preciso aproveitar esse momento em que as agências reguladoras são reconhecidas como um bem para a sociedade e avançar”, disse, destacando o papel histórico que as agências desempenharam nas duas últimas décadas. “Temos que reconhecer a profissionalização que houve em todas as agências hoje ocupadas por técnicos especializados, como aqui em Goiás onde temos um quadro de carreira de gestores de regulação, com uma profissionalização fundamental para o exercício da atividade regulatória”, afirmou.

Após a abertura, foi realizado o painel com o tema A importância das parcerias institucionais para o desenvolvimento nas áreas de Transporte, Logística e Segurança Viária, com a participação de Paulo Guimarães, do Observatório Nacional de Segurança Viária, Rafael Vitale Rodrigues, diretor geral da ANTT, e Thiago Nepomuceno, diretor de Regulação da AGR. Em sua fala, Thiago Nepomuceno disse que a AGR está retomando importantes parcerias com enfoque não só na segurança dos usuários mas também dos agentes de fiscalização, como os convênios com a PMGO, a PRF e com a própria ANTT.

O painel seguinte tratou do tema O transporte multimodal de cargas e o desenvolvimento sustentável, coordena-



» Mesa de abertura do 4º dia de reuniões

nado também por Murilo Leal e Thiago Nepomuceno. Conforme o diretor da AGR, este é um tema de grande interesse do estado de Goiás que tem em Anápolis um projeto multimodal, com o Porto Seco e o Aeroporto de Cargas e próximo a duas ferrovias.

AGR e a Regulação do transporte

No terceiro e último painel, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e a gerente de Tecnologia e Apoio Administrativo, Luciana Dutra Martins, apresentaram os desafios da regulação do transporte em Goiás, assunto que tem demandado grande atenção da agência, que tem investido em parcerias e no uso intensivo de tecnologia para enfrentar esses desafios. Wagner Gomes apresentou o cenário do setor em 2023, mostrando que no estado há 25 empresas fazendo o transporte regular de passageiros, em 270 linhas e atendendo a 211 municípios. O número de bilhetes emitidos no ano foi de 4,208 milhões, sendo 2,884 milhões no convencional e 1,323 no semiurbano.

O presidente da AGR falou sobre o regime de delegação desses serviços em Goiás, que ocorre por autorização com liberdade tarifária e livre concorrência, em processo simplificado e de implementação rápida, possibilitando múltiplos autorizados e estimulando a competição em linhas de maior

demanda. “Entendemos que este é o melhor modelo para as respostas que precisamos dar”, acentuou. Há porém, conforme explicou, pontos de atenção em relação às linhas de menor demanda e ao acompanhamento das tarifas e gratuidades legais.

Ele falou dos chamamentos públicos que a AGR tem feito para as novas autorizações de serviços em linhas com serviços precários ou abandonadas e que se dão mediante análise de projetos técnicos, capacidade técnico-operacional, técnico-profissional, regularidade jurídica fiscal, trabalhista e financeira da empresa. Como resultado dos três chamamentos públicos de 2023, foram ofertadas 80 linhas, houve 65 empresas interessadas, 26 linhas foram autorizadas e outras 13 estão em fase de autorização.

Wagner destacou em seguida os esforços da agência na revisão de leis e normativas que vão contribuir para avanços significativos na regulação do transporte no estado. Apresentou os dados da fiscalização do transporte, que registrou 7.531 abordagens em 2023, com 1.277 autos de infração. Informou que a AGR fez o credenciamento de pártios e guinchos, convênio com a PMGO, dotou a agência de nova estrutura de fiscalização e fez a integração com o terminal rodoviário de Goiânia.

Uso intensivo de tecnologia

A gerente de Tecnologia da AGR, Luciana Dutra Martins, apresentou a plataforma de serviços digitais que auxiliam a Agência na regulação, no controle e na fiscalização dos serviços de transportes, destacando a aplicação desenvolvida no ano passado que permite a contabilização dos bilhetes emitidos pelas empresas de transporte, para fins de apuração de gratuidades concedidas a idosos e a pessoas com deficiência, o BPe.

Com essa aplicação, foi possível integrar as empresas do transporte regular, o que permite o acesso aos dados das emissões de passagens em tempo real. É possível ver o nome de quem viaja, o valor da tarifa e outros, além dos dados da viagem. Essas informações vão inclusive subsidiar outros órgãos do governo, como a Economia, a Segurança Pública e a Secretaria de Governo.



» A gerente Luciana Dutra Martins

Segundo Luciana Martins, a plataforma de serviços digitais tem o módulo para emissão de licenças de fretamento, das operações de empresas e dos veículos, os termos de autorização do transporte regular, as linhas e horários, quadros de quilometragem

e, se pretende em breve implementar também o quadro com o movimento de passageiros. Ela lembrou que em 2019 a agência lançou o AGR Fiscal que é utilizado nos autos de infração, registro de abordagens e outros dados. No ano passado, a aplicação ganhou nova funcionalidade.

Outro módulo implementado no ano passado foi o que atende os terminais rodoviários e as unidades de saúde. “Antigamente, os terminais enviavam os dados de receitas e despesas por e-mail ou por malotes, agora eles inserem os dados na plataforma, o que permite calcular a tarifa de uso do terminal (TUT), por exemplo”, disse. Ainda no ano passado, a plataforma ganhou uma funcionalidade que fez a integração dos dados do transporte com as áreas de finanças e dívida ativa, facilitando o acompanhamento dos processos e as cobranças.

Nos bastidores

A organização e o planejamento dos trabalhos com vistas a recepcionar a primeira reunião das Câmaras Técnicas da Abar do ano de 2024 começou quase cinco meses antes do evento. Ainda no final do mês de novembro de 2023, as equipes da AGR, coordenadas pela diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato, com apoio da Gerência de Gestão Institucional (GGI), e a equipe da AR, já se movimentavam no sentido de estruturar a solenidade. O primeiro grande esforço foi no sentido de buscar o espaço adequado e com a melhor localização para os participantes, próximo a hotéis, restaurantes e em rota de acesso ao aeroporto.

Assim, uma vez deliberado o local, a sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), os preparativos se voltaram à estruturação do funcionamento das reuniões propriamente ditas, com a contratação de serviços de streaming para transmissão de dados de áudio e vídeo, em tempo real, banda larga, gravação, dentre outros recursos de tecnologia essenciais para atender inscritos presenciais e on-line. Por duas vezes, o assessor da Abar, Silvio Diniz, esteve na sede da AGR, orientando e dando coordenadas importantes para as equipes envolvidas na preparação do evento.



» Na linha de frente desse bastidor, as equipes da GGI: Alexandre, Mônica e Thais; da Getad: Gustavo, Helton, Helbert, Yuri, Pedro, Gabriel, Liziana, Sílvia, Adila, Suelton, Marcos e Sr. Goiás; e da Comunicação: João Pedro, Danilo, Briana e Carmen

Nesta etapa do processo, vários contatos foram realizados com agências que precederam Goiás nesse tipo de evento, de modo a buscar nessas experiências a medida certa para o êxito das Câmaras Técnicas em Goiânia. Entre esses contatos, alguns foram direcionados à Agência de Regulação de Mato Grosso do Sul (Agems), que havia sediado a última edição das Câmaras em 2023.

Várias outras tramas foram sendo alinhavadas, com a escolha das equipes para atuar no credenciamento nos quatro dias de Câmaras, a confecção de material gráfico, banner's, disponibilização de veículos/motoristas à disposição do evento, enfim, ajustes diários para garantir toda a logística ne-

cessária aos trabalhos das câmaras, num trabalho articulado entre a AGR, AR e Alego. Diversas visitas foram realizadas na Alego para tratar dos detalhes da acolhida aos participantes na forma presencial e às transmissões para os que se inscreveram para participação remota.

Em todas essas etapas, a parceria e a disponibilidade do Cerimonial da Alego foi fundamental para que a estrutura e os serviços oferecidos pela Assembleia contemplassem todas as demandas do encontro.

O trabalho das equipes de Comunicação da Abar, AGR e AR em parceria com a Comunicação da SGG e o Cerimonial da Alego garantiu a distribuição em tempo real das imagens do evento.



» Reunião preparatória da AGR e da AR com Silvio Diniz, da Abar

1ª Edição 2024

Câmaras Técnicas da Abar



AGR divulga cartilha sobre ressarcimento de danos elétricos

A AGR divulgou, no dia 24 de janeiro, uma cartilha com instruções referentes ao ressarcimento de danos elétricos provocados por falhas no fornecimento de energia. A cartilha, que tem o objetivo de conscientizar a população goiana sobre o direito ao ressarcimento, e sobre como proceder e os prazos para fazer a solicitação junto às concessionárias dos serviços de energia no estado.

Por força de convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a AGR é responsável por fiscalizar os serviços de distribuição e geração de energia elétrica no Estado de Goiás. A Resolução Normativa Aneel n.º 1000, de 7 de dezembro de 2021, estabeleceu todas as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, e é com base nela que a AGR desenvolve suas ações de fiscalização e de acompanhamento das concessionárias de energia do estado de Goiás.

No artigo 620, da seção IV, das responsabilidades atribuídas às distribuidoras de energia, a referida resolução diz: “A distribuidora responde, independentemente da existência de dolo ou culpa, pelos danos elétricos causados a equipamentos elétricos instalados em unidade consumidora”.

Aplica-se, exclusivamente, este direito aos danos elétricos causados a equipamentos instalados em unidades consumidoras atendidas em tensão inferior a 2,3 kV (grupo B).

Prazo para a solicitação

Para solicitar o ressarcimento é simples, mas é necessário ter algum documento avaliado por técnico que entenda do assunto, comprovando que o problema no equipamento eletrônico foi decorrente de um curto-circuito causado pela queda repentina do fornecimento de energia. Caso seja comprovado o estrago, os prejuízos são cobertos pela resolução da Aneel, que exige o pagamento do conserto ou a substituição por um novo aparelho se necessário.

O consumidor tem o prazo de 5 (cinco) anos para solicitar a compensação, a contar da data de ocorrência do dano. Após esse período, o direito ao reembolso é perdido. Se o processo for feito em até 90 dias da ocorrência, as solicitações são avaliadas de forma rápida, podendo a empresa realizar vistorias ou fazer a retirada do equipamento danificado para análises com um prazo de até 10 dias.

No caso daqueles eletrodomésticos considerados essenciais, como geladeira, o prazo da análise é de 1 dia útil. A empresa tem 15 dias para disponibilizar os resultados do pedido para o consumidor, contados a partir da data de solicitação ou da vistoria realizada. Para as solicitações feitas após 90 dias da ocorrência do dano, o prazo de resposta é de 30 dias.

O pedido pode ser feito através dos sites oficiais das concessionárias Equatorial Goiás (www.equatorialenergia.com.br) e Companhia Hidroelétrica São Patrício (www.chesp.com.br). Em caso de dúvidas ou reclamações, fale com a AGR/Aneel por meio dos canais de atendimento abaixo:

Aneel: 167

Call Center: 0800 727 0167

Presencial: Av. Goiás, 305, Ed. Visconde de Mauá, 3º andar - Centro, Goiânia GO

Acesse a cartilha aqui

Foto: Stock

AGR monitora de forma **remota** abastecimento de água em **Ipameri e Buriti Alegre**

Fotos: AGR



» A bióloga Alessandra Francisca dos Santos ao lado de painel de monitoramento do abastecimento de água de Buriti Alegre

Os consórcios Águas de Ipameri e Buriti Alegre Ambiental, responsáveis pelo abastecimento de água de Ipameri e Buriti Alegre, respectivamente, disponibilizaram à AGR o acesso remoto aos sistemas, o que possibilita o acompanhamento diário da situação da distribuição de água nas duas localidades e também no distrito de Domiciano Ribeiro, no município de Ipameri. Os técnicos da Gerência de Saneamento acompanham por um painel todas as variações dos reservatórios em funcionamento das bombas nos municípios, que são conveniados da AGR.

De acordo com a bióloga e assessora técnica da Gerência de Saneamento, Alessandra Francisca dos Santos, a integração aos sistemas de monitoramento das prestadoras dos serviços permite que a fiscalização seja feita à distância e em tempo real, por meio de aparatos tecnológicos, possibilitando que, em caso de qualquer eventualidade observada no sistema, a AGR possa entrar em contato com os operadores para verificar o que está ocorrendo.

Ainda segundo Alessandra, as vantagens dessa metodologia incluem a identificação precisa do fluxo da água, da pressão nas tubulações, de paralisações nos sistemas e dos padrões de consumo. “Os sistemas emitem relatórios dos níveis de água dos reservatórios e de funcionamento das bombas”, disse a bióloga, lembrando que essa modalidade de fiscalização vai facilitar principalmente quando chegar o período de estiagem. “Vamos poder acompanhar com mais clareza a situação de cada localidade”, afirmou.

Com o monitoramento à distância, a AGR tem acesso aos dados e às informações coletadas por sensores inteligentes, o que permite uma resposta mais precisa e garante mais qualidade no abastecimento de água para a população.

No início de fevereiro, por exemplo, quando houve interrupção dos serviços de energia e saneamento em Buriti Alegre, as equipes de Saneamento e Energia da AGR atuaram de forma remota e presencial, após problemas técnicos na linha de transmissão de energia que atende a captação de água do município.

Na ocasião, a bióloga Alessandra Santos e o gerente de Energia, Jorge Pereira da Silva, estiveram na cidade acompanhando de perto as ações da concessionária de energia, a Equatorial, até que o sistema de abastecimento de água foi totalmente restaurado.



» Sistema de Abastecimento de Água de Ipameri

Cronogramas de **vistorias** dão transparência às ações regulatórias

O Conselho Regulador da AGR aprovou neste ano os cronogramas de vistorias das áreas de saneamento básico e de bens desestatizados, com vistas à verificação da qualidade dos serviços de água e esgotos em todo o estado e a segurança das instalações dos terminais rodoviários e das unidades de saúde geridas por organizações sociais (OS's). Para o gerente de Regulação Econômica e Desestatização (Gered), Rafael Carvalho, esta é uma forma de dar mais transparência às ações de fiscalização e regulação.

Os cronogramas com datas e locais das vistorias estão disponibilizados no site da AGR, acessíveis aos prestadores dos serviços regulados e também à população. Além dessas fiscalizações programadas para até dezembro deste ano, os técnicos da Gered e também da Gerência de Saneamento Básico (Gesb) atenderão às situações eventuais, de forma a complementar o que foi planejado, assegurando a qualidade contínua dos serviços.



» Fiscal da Gerência de Saneamento em campo

Saneamento

Nos três primeiros meses de 2024, a Gerência de Saneamento Básico programou e realizou 9 vistorias, sendo 3 para tratar do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Luziânia, 2 para vistoriar os sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água de Anápolis, 2 para vistoriar as obras da subdelegatária dos serviços de esgotamento sanitário, a BRK, em Aparecida de Goiânia e Trindade e 2 em Jataí, também para tratar do Plano Municipal.

Para o mês de abril, estão programadas outras 10 vistorias para verificar a prestação dos serviços de água e esgotos nos municípios de Posse, Divinópolis de Goiás, Iaciara, São Domingos e Guarani de Goiás, de 1º a 5; Auriverde, Nova América, Itapaci, Mozarlândia, Itapirapuã, Itaguaru, Itaberaí e Guaraíta, de 8 a 12; Anápolis, de 15 a 17; Águas Lindas de Goiás, de 22 a 24; e Santo Antonio de Goiás, Brazabrantes, Nova Veneza, Damolândia e Inhumas, 29 e 30.

[Acesse aqui o cronograma](#)

Terminais

No trimestre, as equipes de fiscalização da Gered vistoriaram 37 terminais rodoviários. A expectativa da Gerência é concluir a vistoria de todos os terminais até a segunda semana de outubro. De outubro a dezembro serão feitas outras 55 vistorias de retorno em vários municípios, totalizando 244 vistorias. Dos 161 terminais em funcionamento, 122 são terminais de propriedade do Estado, 35 são de propriedade municipal e 4 de propriedade privada.

De acordo com o gerente Rafael Carvalho, com o cronograma, o gestor do terminal tem ciência da data exata em que a AGR estará lá para fazer a vistoria e, porventura, já buscar a resolução de algum eventual problema existente. Após a visita, os técnicos produzem relatórios apontando se há não conformidades nessas estruturas e, depois, notificam os gestores. “Os relatórios visam criar alguma mudança e orientar políticas públicas voltadas à conservação dos terminais”, destaca o gerente. [Acesse aqui o cronograma](#)



» Fiscais da Gered em vistoria à unidade hospitalar em Goianésia

Unidades hospitalares

A mesma gerência programou para este ano 66 vistorias a unidades hospitalares utilizadas por organizações sociais (OS's). O trabalho teve início em março, com a visita dos técnicos ao Hospital Estadual de Jaraguá (Heja), seguindo-se as vistorias no Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano em Uruaçu, da Policlínica Estadual da Região São Patrício em Goianésia, do Hemocentro de Ceres, do Hospital Estadual de Luziânia, do Hospital Estadual de Formosa (HEF), da Policlínica Estadual da Região do Entorno em Formosa e da Policlínica Estadual da Região Nordeste em Posse.

A AGR é responsável por fiscalizar as estruturas prediais das unidades hospitalares geridas por OS's e, segundo o presidente Wagner Oliveira Gomes, as vistorias previamente programadas são relevantes para os usuários e também para os prestadores dos serviços. [Acesse aqui o cronograma](#)

O que faz a Câmara de Julgamento da AGR?

A AGR possui na sua estrutura organizacional uma primeira instância de julgamento que garante mais eficiência e celeridade na resolução de processos resultantes de autos de infração emitidos pelos fiscais, na maioria relacionados à fiscalização do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros: a Câmara de Julgamento. Essa instância funciona como um tribunal administrativo, responsável por analisar e julgar os processos e as defesas dos autuados, e de sua decisão cabe recurso ao Conselho Regulador, que é a instância máxima de decisão da autarquia.

A Câmara é composta por cinco servidores efetivos da AGR designados pelo Conselho Regulador, com mandato de um ano, podendo ser prorrogado por igual período. Da mesma forma, podem ser destituídos por decisão uniforme do Conselho Regulador. Na ausência do coordenador da Câmara de Julgamento, ele é substituído por outro membro formalmente designado pelo presidente do Conselho. Para compor a equipe, os servidores devem ter profundo conhecimento dos serviços públicos delegados e das atividades econômicas objeto de controle, regulação e fiscalização da AGR.

Atualmente, a Câmara de Julgamento é coordenada pelo servidor Gilvan do Espírito Santo Batista, da Gerência de Secretaria-Geral, e tem como secretária executiva a servidora Terezinha de Jesus Assis Bueno, da Gerência de Transportes. É integrada, ainda, pelos colaboradores Andrea Bonanato Estrela, diretora de Gestão Integrada; Paulo Otoni Ribeiro, da Gerência de Transportes; e Paulo Henrique Oliveira Marques, da Gerência de Regulação e Desestatização.

Conforme esclarece a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato, nos processos, primeiro são analisados os requisitos de validade do auto de infração e, estando todos válidos, passa-se à apreciação da defesa. “Anulado ou não, o auto de infração ele sobe para a apreciação da instância superior de julgamento que é o Conselho Regulador”, destaca. Segundo observa, a atuação da Câmara de Julgamento é importante para o constante aperfeiçoamento da lavratura dos autos de infração e por dar aos autuados a oportunidade de apresentar defesa numa fase ainda inicial do processo. “O trabalho da Câmara de Julgamento demonstra o compromisso da Agência com a legalidade e a transparência”, diz.

Processos

Na Câmara de Julgamento, os processos são distribuídos igualmente entre os membros, e as decisões são tomadas por maioria de votos, após análise cuidadosa de cada processo, considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. As reuniões são semanais, podendo chegar a cinco reuniões por mês. As pautas são preparadas pelo coordenador e publicadas com três dias de antecedência no site da AGR. Para as reuniões, é exigido um quórum mínimo de três pessoas. O presidente, além do seu próprio voto, tem direito ao voto de desempate. As decisões são formalizadas em resoluções e assinadas pelo coordenador.

Em 2023, foram submetidos à Câmara de Julgamento 663 processos administrativos oriundos de autos de infração. No primeiro trimestre deste ano, se contabiliza 278 processos, totalizando 1.162 processos de janeiro de 2023 até março de 2024.

Foto: AGR



» Servidores efetivos da AGR que integram a Câmara de Julgamento

JANEIRO

02/01

O prefeito de Nova América, Cleber Junio de Souza, visitou a AGR para discutir assuntos de interesse da população. Na ocasião, o prefeito foi recebido pelo presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e pelo gerente de Transporte, Delano Pacheco, e abordaram formas para aprimorar o sistema de transporte de passageiros da prefeitura.

Fotos: AGR



18/01

O prefeito de Cavalcante, Vilmar Kalunga, e representantes da empresa de transportes Borges visitaram a AGR para discutir as demandas do município relacionadas ao transporte intermunicipal de passageiros. No encontro, foram recebidos pelo presidente Wagner Oliveira Gomes e pelo gerente de Transporte, Delano Pádua Pacheco.



31/01

Fiscais da Gerência de Transporte da AGR em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), realizaram uma operação conjunta no Terminal Rodoviário de Goiânia, visando garantir a segurança dos usuários do transporte intermunicipal de passageiros no estado.



10/01

Representantes da AGR visitaram a Assembleia Legislativa de Goiás para tratar de parceria e apoio para a realização das Câmaras Técnicas da Abar no mês de março, em Goiânia. O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e os diretores Thiago Nepomuceno (Regulação) e Andreia Bonanato (Gestão Integrada) foram recebidos pelo deputado Bruno Peixoto, e, na ocasião, conheceram o auditório e a infraestrutura disponibilizada pela Alego.



18/01

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, o diretor de Regulação e Fiscalização, Thiago Nepomuceno, e o gerente de Energia, Jorge Pereira da Silva, estiveram na Reunião de Planejamento da equipe de Regulação e Mercado da Equatorial para o ano de 2024. Os representantes da AGR falaram das expectativas da agência em relação ao trabalho da Equatorial para este ano em que haverá um acompanhamento dos planos de resultados.



02/02

A AGR recebeu a visita de representantes da Adasa, composta pelo assessor da Superintendência de Planejamento Estratégico, Israel Pinheiro; e pelos técnicos de regulação Willian Prado e Marcus Leite, que vieram conhecer o convênio da AGR com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e discutir a cooperação entre as duas agências na fiscalização dos serviços de distribuição e geração de energia.



15/02

Os conselheiros Nathalia Maria Briceño Spadoni e Guy Brasil Cavalcante representaram a AGR na sessão de retomada dos trabalhos legislativos na Alego. A sessão foi presidida pelo deputado Bruno Peixoto e contou com a participação do governador Ronaldo Caiado.

Fotos: AGR



MARÇO

04/03

A Gerência de Saneamento da AGR realizou uma ação conjunta com a Agência de Regulação do Município de Anápolis (ARM) para fiscalizar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município. A fiscalização contou com a presença do gerente de saneamento da AGR, Eduardo Henrique da Cunha, do presidente da ARM, Robson Torres, e dos técnicos da Gerência de Saneamento, Wilson Roberto dos Santos e Lorena Patrícia de Oliveira.



06/03

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, recebeu a visita do prefeito de Porteirão, João Henrique Silva, e equipe. O encontro, que contou com a participação do diretor de Regulação e Fiscalização, Thiago Nepomuceno, e do chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva, o prefeito apresentou demandas da comunidade por linhas de transporte intermunicipal de passageiros.



06/03

O diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Thiago Nepomuceno, marcou presença no ANTT DAY, em Brasília. O encontro reuniu investidores da área de regulação, parlamentares e instituições parceiras que discutiram o futuro da agência nacional sob a ótica de revoluções interligadas: regulatória, tecnológica e comportamental.



13/03

A equipe da Gerência de Regulação Econômica e Desestatização da AGR visitou a sede da Maia & Borba, empresa concessionária do Terminal Rodoviário de Goiânia. O objetivo da visita foi discutir a contabilidade regulatória da empresa, fundamental para garantir a prestação de contas à AGR. O encontro contou com a participação dos contadores Dilson Vieira Lemos, Walter Ferreira de Oliveira, Huggo Siqueira e Geovana de Fátima Moreira, que se reuniram com o diretor-executivo Sebastião Pereira Reis e o controlador Pacífico Júnior.



26/03

AGR recebeu representantes da empresa Trackland, de Campo Grande (MS). Alfeu Vilela Alves, diretor comercial, e Camilo Dutra Bazzano, gerente de soluções, apresentaram para as equipes de transporte, ouvidoria e tecnologia da informação da AGR recursos tecnológicos para monitoramento do serviço de transporte.



ENTREVISTA

Daniela Garcia Fleury

Participação social na governança regulatória

Todos os registros de normativas, processos e comunicações da AGR com outros órgãos são feitos pela Gerência da Secretaria-Geral (Gesg) que tem, ainda, por atribuição dar o suporte às áreas finalísticas da Agência, além de fortalecer a participação social em diferentes fases da tomada de subsídios para novas normas regulatórias. Na AGR, esse trabalho está sob a batuta da advogada Daniela Garcia Fleury, bacharel em Direito pela PUC GO e aluna da Universidade de Coimbra. Com especialidade em Direito Público, Direito Agrário e Agronegócio e Tributação em Agronegócio, Daniela tem, também, certificação Master em Regulatory Delivery.

Entrou na AGR em 2020 e, na Agência, além de coordenar as atribuições específicas da Secretaria-Geral, atua como encarregada pelo tratamento de dados pessoais (LGPD). É membro do Comitê Setorial do Programa de Compliance Público e da Comissão de Chamamento Público, sendo corresponsável pela análise de documentos jurídicos, fiscais e trabalhistas. Nesta entrevista, ela nos apresenta as particularidades do trabalho que realiza à frente da Gesg:

Qual o papel da Gerência da Secretaria-Geral (GESG)?

Daniela Fleury: A Gerência da Secretaria-Geral possui um papel de assessoramento a todas as demais unidades da AGR, notadamente aquelas que se utilizam de comunicações externas com outros órgãos, empresas reguladas e usuários de serviços públicos. Também há uma forte atuação nas edições normativas da AGR, em matérias de organização administrativa e, principalmente, regulação. Atua diretamente junto ao Conselho Regulador na confecção das Resoluções e auxiliando no aperfeiçoamento do fluxo do procedimento. Atua também como unidade de assessoramento e orientação quanto às atividades de mapeamento de processos e oportunidades de melhoria dos processos internos, indicando e auxiliando na operacionalização de soluções que trazem celeridade, transparência, economicidade e publicidade aos atos e processos administrativos.

Como está estruturada a Secretaria-Geral?

DF: A Secretaria-Geral está estruturada em três principais núcleos, quais sejam: Protocolo; Controle Documental; e Redação e Revisão de Atos Normativos. As duas primei-



Daniela Garcia Fleury

Gerente da Secretaria-Geral

ras áreas se comunicam diretamente, uma vez que há o tratamento do documento, análise e submissão à área pertinente logo após o recebimento, registro e arquivamento ou distribuição e expedição. A Coordenação de Redação e Revisão de Atos Normativos, por sua vez, possui uma atribuição separada e mais específica na matéria de regulação, atuando diretamente com as áreas fins para a edição de normas administrativas e regulatórias. Faz parte desta coordenação, também, a redação das resoluções do Conselho Regulador que versem sobre decisões em autos de infração referentes aos serviços públicos regulados.

A coordenação de controle documental cuida das questões mais urgentes?

DF: Sim. É a coordenação em comunicação direta com os órgãos externos de controle, Ministério Público e Tribunais, de forma que sua atuação deve ser célere, eficiente e assertiva. Em uma modalidade de trabalho multifuncional, a atribuição exige atenção. Contudo, o controle documental abrange não apenas o expediente de envio e recebimento de documentos em si, mas também o tratamento dos mesmos: É necessário ter noção do tema abordado para o correto processamento, sempre em regime de urgência.

Pode nos dizer qual é a abrangência da área de redação e revisão de atos normativos?

DF: A Coordenação de Redação e Revisão de Atos Normativos possui como área de abrangência a edição de normas administrativas e regulatórias em conjunto com as áreas finalísticas e de acordo com as deliberações do Conselho Regulador da AGR. Atua também na coordenação das Consultas Públicas, Audiências Públicas e Tomadas de Subsídios, instrumentos importantes de participação social no contexto regulatório.

Como funciona e como foi a primeira tomada de subsídios da Agência?

DF: A tomada de subsídios é uma ferramenta que possibilita a participação social durante as fases preliminares do desenvolvimento de propostas normativas. Realiza-se a consulta aberta ao público para coletar dados, informa-

Foto: AGR



ções ou evidências a serem utilizados para a construção de conhecimento sobre dada matéria. A contribuição é encaminhada por escrito, em documento não editável, para o e-mail da participacaosocial@goias.gov.br, em período determinado. Na AGR, toda contribuição é remetida e analisada pela área competente, com posterior feedback ao interessado, como foi feito na Tomada de Subsídios da Agenda Regulatória biênio 2024-2025. Após a coleta das contribuições e construída a normativa, é encaminhada para a consulta pública.

A GESG participou da construção da análise de impacto regulatório. Como se deu esse trabalho?

DF: O procedimento de AIR estava disposto no item SG.3 da Agenda Regulatória, em consonância com as normas de governança regulatória dispostas nas agências federais. Para sua elaboração, foi realizado benchmarking com as demais agências estaduais que possuem um contexto regulatório e de pessoal semelhante com o do AGR. Foi levado em consideração, para o fluxo do procedimento, a estrutura organizacional e a quantidade de servidores técnicos disponíveis para a operação. Definido o problema regulatório pela área finalística, é realizada por ela a avaliação prévia à edição dos atos normativos pela Secretaria-Geral. Esta avaliação contém informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão pelo Conselho Regulador. Assim, o procedimento proposto possui um fluxo que perpassa por diversos setores para sua aplicação, e deve ser coordenado pela Diretoria de Regulação e Fiscalização.

Uma ação importante da sua gerência foi a inserção das normas da AGR no Legisla Goiás. Como foi feito e o que representa isso?

DF: A AGR foi a primeira pasta a firmar Termo de Cooperação com a Casa Civil para inserir as normativas na plataforma oficial de leis do governo, representando a integração às ferramentas de uso do Estado de Goiás. Anteriormente, a consulta de nossas normativas era realizada apenas pelo site da AGR e as Resoluções estavam, em sua maioria, em formato imagem, o que dificultava a pesquisa dos textos pelos setores que as utilizam. Migrando para a plataforma do Legisla Goiás, os atos infralegais dispostos contam com mais publicidade e transparência, colaborando para o

fortalecimento de uma cultura de aproximação por meio da interação entre cidadãos e Estado.

A Secretaria-Geral também fez o fluxograma dos autos de infração na agência? Pode explicar que ferramenta foi utilizada e qual a importância desse trabalho?

DF: Sim. Foi realizado o mapeamento do processo de julgamento dos Autos de Infração de Transportes, desde a lavratura na área finalística até a cobrança judicial. O fluxograma desenhado promoveu uma ampla visão do processo praticado pelas áreas, destacando a relação entre atividades e pessoas, e forneceu informações sobre o procedimento, de forma que foi possível identificar lacunas para realizar melhorias. Como exemplo, junto com a Gerência de Tecnologia e Apoio Administrativo integrou-se o Portal de Serviços Eletrônicos com a plataforma dos Correios, tornando o procedimento mais tecnológico e digital.

Qual é a participação da Secretaria nos processos de chamamento público?

DF: A Gesg participa dos procedimentos de chamamento público através de dois servidores integrantes da Comissão Especial de Chamamentos Públicos instituída pela Portaria AGR nº 76/2023. Eles estão designados para a análise da Subcomissão de análise dos documentos de regularidade trabalhista, fiscal e jurídica. Participa ainda, com a publicação, no Diário Oficial do Estado, dos Avisos e Decisões da Comissão, do conselho presidente (nos recursos) e do Conselho Regulador, quando deliberam sobre as manifestações de interesse.

Para concluir, pode explicar como é feito o tratamento das informações sob o olhar da LGPD?

DF: A Lei Geral de Proteção de Dados atua de forma complementar à Lei de Acesso à Informação, pois ambas buscam garantir direitos fundamentais relacionados à informação em sentido amplo. Enquanto a LGPD foca na proteção dos dados pessoais e na privacidade dos indivíduos, a LAI visa promover a transparência e o acesso às informações públicas. Assim que o acesso a um processo é solicitado pelo interessado junto à Ouvidoria Setorial, o mesmo é remetido à Secretaria-Geral para o tratamento dos dados pessoais e sensíveis que eventualmente possam ter no corpo do documento, identificando-os e anonimizando-os para posterior oferta de resposta ao cidadão.



» Colaboradores da AGR com as policiais convidadas

Foto: AGR

Os desafios da mulher em exercer sua liderança

A AGR, por meio da Gerência de Gestão Institucional, realizou no dia 11 de março uma palestra sobre o tema “Os desafios da mulher em exercer sua liderança”, ministrada pela chefe do Núcleo de Segurança Viária da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Adriana Lourenço. Ela mostrou as diferentes formas de preconceito e discriminação que a mulher sofre em cargos de comando. A palestra foi seguida de uma roda de conversa sobre abuso e violência contra a mulher no exercício de postos de liderança, com a participação de policiais da PRF, da Polícia Militar e da Polícia Federal.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, fez a abertura do evento, ao lado da diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato, e do gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, quando falou da importância do tema e observou que a Agência tem muitas lideranças femininas valorosas e que é bom que seja assim. Segundo afirmou, o tema foi escolhido após uma das fiscais da AGR relatar os desafios diários que enfrenta ao fazer a fiscalização do transporte rodoviário de passageiros nas rodovias de todo o estado.

Andrea Bonanato agradeceu à palestrante e às demais convidadas, ressaltando a parceria da Agência com as forças de segurança, representadas ali pelas mulheres, “que vêm trazer um debate mais maduro no que se refere à questão do homem e da mulher, e que passa pelo respeito”. Andrea participou também da roda de conversa, em que deu exemplos de cláusulas de barreira em concursos e outros entraves para a ascensão funcional da mulher em diversos órgãos, dificultando a chegada delas a postos de lideranças.

Palestra

Em sua apresentação, Adriana Lourenço, que também é presidente da Comissão da Equidade de Gênero da corporação, disse que nenhuma mulher queria ter um dia destinado a ela, mas que esse dia deve ser de luta.

Destacou que algumas coisas vêm mudando de geração a geração, mas que ainda há muito machismo nas mulheres porque estão todas em sua sociedade machista. Disse que na polícia, as mulheres até pouco tempo só eram aceitas para a função de escrivã.

Adriana Lourenço apresentou estatísticas que mostram que nas entrevistas de emprego as mulheres demonstram capacidade, no entanto, acham que não estão preparadas para cargos de chefia, a chamada “síndrome da impostora”, em que a mulher assume um cargo mas fica insegura quanto à competência para exercer a função.

“O cara é pegador”, “Isso é falta de homem”, “Prendam suas cabras que o meu bode está solto”, “Fiu-fiu”, “Gostosa” e “Lugar de Mulher é na cozinha” foram algumas das expressões mostradas pela policial para indicar o quanto a mulher sofre no dia a dia numa sociedade machista. Ela afirmou que esse machismo não tem a ver com o sexo biológico, que é uma questão de anatomia fisiológica, mas com a cultura de gênero, que é a construção social do comportamento.

Roda de conversa

Após a palestra, a diretora Andrea Bonanato se juntou às policiais Andrea Álvares, Maria Izarias e Simone Fraga, da Polícia Federal, a major Raquel Cavalcante, subcomandante do Batalhão Maria da Penha, da Polícia Militar; e Lívia Martins e Adriana Lourenço, da PRF. As agentes da Polícia Federal afirmaram que a Superintendência da PF é ocupada por mulheres e que isso contribui para a valorização e as mudanças necessárias para uma maior harmonia e evolução do trabalho policial.

Durante a conversa, as policiais convidadas e também colaboradoras da AGR deram depoimentos sobre casos de assédio e violência que colocaram a capacidade e o profissionalismo delas em dúvida.

Planejamento e eficiência caminhando juntos

Gestão de Riscos

Eixo integrante do Programa de Compliance Público, a gestão de riscos na AGR funciona por meio de atividades implementadas em todas as unidades básicas e complementares, de maneira a identificar, controlar e mitigar eventuais insucessos, ameaças e problemas no decorrer dos processos de trabalho. Sendo assim, a AGR realiza quadrimestralmente uma análise crítica da matriz de riscos, observando os indicadores, a probabilidade dos riscos se materializarem, o nível do risco e os resultados das ações de controle e planos de ação.

No terceiro trimestre de 2023, a gestão de riscos da AGR alcançou as unidades do Conselho Regulador, Diretorias de Gestão Integrada e Regulação e Fiscalização, Câmara de Julgamento e Gabinete do Conselheiro Presidente. Nesta última etapa, foram traçados planos de ação intersetoriais, com responsabilidades compartilhadas entre as unidades.

Conforme o andamento dos serviços, a gestão de riscos proporcionou e direcionou resultados positivos, como, por exemplo, o desenvolvimento de aplicativo para a fiscalização de transporte, reduzindo o tempo das abordagens; celebração de convênio com a Polícia Militar do Estado de Goiás, garantindo segurança para as equipes de fiscalização; e também, a celebração de convênio com empresa de pátio e guincho, para remoção e guarda de veículos do transporte intermunicipal.

Outra conquista relacionada à gestão de riscos foi a realização de três chamamentos públicos para a outorga da prestação de serviço regular de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no âmbito do estado de Goiás, operados com ônibus e/ou micro-ônibus, sob o regime de autorização para exploração do serviço regular de transporte de passageiros.

No âmbito administrativo, a gestão de riscos trouxe direcionamento estratégico para as necessidades de Tecnologia da Informação, bem como a implantação de

monitoramento da gestão de contratos, destacando um servidor responsável por fiscalizar e monitorar se a gestão dos contratos está em conformidades com os prazos.

Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória da AGR previa 45 atividades para serem executadas no biênio 2023-2024. No decorrer de 2023, 10 atividades foram concluídas, trazendo importantes avanços, como a atualização de normas, a celebração de convênios e o uso de ferramentas de trabalho com foco no atendimento aos usuários de serviços públicos.

No início de 2024, foi iniciado o processo de revisão da Agenda Regulatória, passando por inclusão de atividades nas áreas envolvidas, tomada de subsídios, consulta pública e encaminhamento para deliberação por parte do

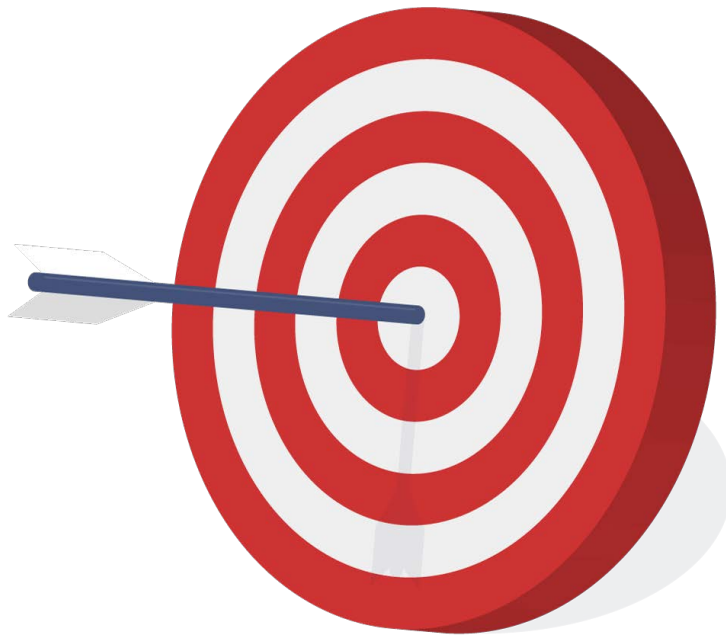
Conselho Regulador da AGR.

Para o biênio 2024-2025 da Agenda Regulatória, foram enviadas 38 atividades para deliberação por parte do Conselho Regulador. Nesta relação, constam atividades que estavam em execução desde 2023 e atividades previstas para 2024 ou 2025.

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico passou por revisão crítica de indicadores e metas, levando em consideração os resultados obtidos em 2023. Para o ano de 2024, foram mantidos os 14 objetivos estratégicos, numa relação da gestão de riscos do programa de Compliance Público com tais objetivos. Sendo assim, indicadores, metas e controles passaram por alinhamento, ajustando e desenvolvendo a exposição de informações para as tomadas de decisão.

O Planejamento Estratégico da AGR contempla as áreas de negócio (regulação e fiscalização), finanças (contábil e cobrança), processos (suporte e inovação), e pessoas (motivação, integração, capacitação), com atividades monitoradas por servidores em diversos níveis da estrutura, como diretores, gerentes, chefes, coordenadores e assistentes administrativos.



Sono: Privilégio ou essencial para a sobrevivência?

Por meio da Diretoria de Gestão Integrada e da Gerência de Gestão Institucional, a AGR realizou no dia 23 de fevereiro palestra com o médico neurologista Gabriel Rocha Santos Knorst sobre o tema “Sono: Privilégio ou essencial para a sobrevivência?”. O evento reuniu dezenas de colaboradores da autarquia no auditório do edifício-sede. Na ocasião, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, destacou que a iniciativa faz parte de um ciclo de palestras que a agência tem feito dentro do Programa Saúde do Servidor.

Gabriel Knorst foi recepcionado também pela diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, e pelo gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, que falaram da importância do tema para a saúde dos servidores da AGR.

“Dormir é um aspecto fundamental da nossa biologia, tão necessário quanto o ar, a comida e a água”, disse o médico durante o encontro, em que falou sobre o que é o sono e suas funções, o ciclo de vigília e sono, sobre os processos de regulação do sono, os estágios desse ciclo e sobre o que acontece no cérebro quando dormimos.

Ele destacou, também, os desafios de se encontrar tempo para dormir numa sociedade cada vez mais influenciada pelo uso da tecnologia. Gabriel Knorst afirmou que atualmente os estudos indicam que 40 por cento da população brasileira têm algum distúrbio de sono, e apontou as consequências econômicas, sociais e biológicas graves produzidas pela privação do sono. Como dormir numa sociedade em que o mundo inteiro está acordado?

Segundo o especialista, a insuficiência de sono é uma epidemia mundial, e o período destinado ao sono tem sido inversalmente proporcional aos avanços da tecnologia. Mas ele lembra que dormir adequadamente é essencial para a saúde plena e que o sono pode ser dividido em duas fases, ambas igualmente importantes: o chamado Sono Não REM (sono reparador, em que o corpo de fato descansa) e o Sono REM (momento em que ocorrem os sonhos, importante para a consolidação da memória). Gabriel Knorst falou, também, do tempo de sono que varia de pessoa pra pessoa, mas que estudos demonstram que um período ideal seria de 7 a 8 horas de sono.

Durante sua palestra, o médico neurologista apresentou vídeos mostrando situações de cochilos ao volante e no controle de grandes máquinas e equipamentos. Ele falou de uma pesquisa que mostra que 16% dos caminhoneiros declararam já terem dormido ao volante e que os riscos de acidente no trânsito é três vezes maior à noite.

Gabriel Knorst falou, também, dos efeitos biológicos da insuficiência de sono, que afeta vários sistemas, como o imunológico, com a redução de produção de anticorpos e



» O médico Gabriel Knorst em palestra na AGR

leucócitos, o que resulta em mais chance de infecções e inflamações. As respostas às vacinas também são prejudicadas com a privação de sono, uma vez que a produção de anticorpos é 50% menor. Há também alterações genéticas. O risco de diabetes tipo 2, assim como a obesidade, tem maior incidência entre os que não dormem bem. A restrição do sono, conforme destacou o médico, também provoca disfunção erétil.

Ao final, o médico neurologista falou sobre o que se pode fazer para uma “higiene do sono”, como ter regularidade, ambiente com pouca luminosidade e outros fatores que podem induzir o sono, como o banho quente que é relaxante, não utilizar eletrônicos quando estiver perto do horário de dormir, buscar o silêncio, meditação, leitura, e só ir para a cama se estiver com sono. Outra dica é evitar estimulantes, nicotina e alimentação pesada à noite.

Um cochilo após o almoço, de 10 a 30 minutos, segundo o especialista, contribui para reparar o sono e também para uma maior produtividade no turno vespertino de trabalhadores.

Durante o encontro, servidores da AGR aproveitaram para tirar dúvidas a respeito do tempo ideal de sono. Alessandra Francisca dos Santos, da Gerência de Saneamento Básico, observou que dorme apenas 5 horas por noite e se sente satisfeita e descansada com esse tempo de sono, ao que o médico Gabriel Knorst, explicou que ela está em um grupo que é exceção.

Já Divânio Alves Pimenta, da Gerência de Finanças e Dívida Ativa, falou que tem uma sonolência excessiva. O médico orientou que esse é um sintoma bastante comum de privação de sono e que precisa ser investigado melhor, porque várias doenças podem cursar com ela, como por exemplo: a apneia do sono, a insônia e a narcolepsia. O especialista aproveitou para falar sobre as formas de tratamento da apneia do sono e dos roncos.

Os participantes do encontro consideraram o momento como de muito aprendizado e esclarecimentos, o que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida, com a adoção de pequenos hábitos que podem favorecer uma jornada de sono reparadora.



AGR fez primeira doação do ano ao programa **Sukatech**

AGR começou o ano fazendo doação de bens para reciclagem ao programa Sukatech, que é uma iniciativa do Governo de Goiás, coordenada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). O programa visa promover a sustentabilidade e a inclusão digital por meio da reciclagem e do reuso de equipamentos eletrônicos. Foi a primeira doação recebida neste ano pelo Sukatech.

A AGR doou diversos equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos que não tinham mais serventia no órgão. O material será recondicionado e entregue às Escolas do Futuro, ou descartado de forma correta, caso não seja possível recuperá-lo.

A coordenadora de Patrimônio da AGR, Ádila Celi Correia Dias, ressaltou a importância da doação. “Separamos todos os bens sem uso dentro da AGR, alguns são antigos e podem não ter um resultado adequado, mas ainda podem ser utilizados”, disse. “Entregamos para o Sukatech que vai fazer o recondicionamento e o descarte correto, e distribuir aqueles que têm serventia para as Escolas do Futuro, promovendo a capacitação de jovens e adultos”, pontuou.

Programa Sukatech

O Sukatech conta com o Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), que atua na gestão de resíduos eletrônicos, com a reciclagem e o recondicionamento de equipamentos. Isso contribui para a redução do impacto ambiental causado pelo descarte inadequado desses eletrônicos no estado.

Os materiais coletados pelo programa são cuidadosamente planejados, atendendo, preferencialmente, à população em situação de vulnerabilidade social e às escolas públicas. Além disso, contribui com o programa de capacitação de jovens e adultos por meio das Escolas do Futuro, que oferecem aulas práticas de tecnologia e robótica, usando resíduos eletroeletrônicos coletados.



PROGRAMA

**SUKA
TECH**

A doação da AGR reforça o compromisso da agência com a sustentabilidade e o desenvolvimento social do estado de Goiás. A iniciativa demonstra a responsabilidade da Agência para com o meio ambiente e a comunidade, fortalecendo a inclusão digital e a formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho.

Compras em 2024 são feitas pela plataforma **Sislog**

Neste ano, a AGR passou a fazer suas compras pelo Sistema de Logística de Goiás (Sislog) que substituiu o ComprasNet. A nova plataforma opera de acordo com a nova lei de licitações, a Lei 14.133/2021, e, entre as novidades, traz a modalidade do diálogo competitivo, que permite às empresas participarem dos processos de licitação desde a sua concepção.

Segundo a gerente de Tecnologia e Apoio Administrativo, Luciana Dutra Martins, a expectativa de utilização da nova plataforma era grande pelas possibilidades que ela oferece. “O Sislog tem um visual mais intuitivo e, por ser integrado ao sistema SEI, permite que os documentos criados no Sislog possam ser replicados no sistema de informações para serem assinados”, observa. Conforme destaca, o sistema também permitirá fazer toda a gestão de contratos e acompanhar vencimentos, gestão, volume de compras, preços, fornecedor, tudo em um módulo que vai facilitar mais a gestão das compras.

A primeira aquisição da AGR no novo sistema foi na modalidade de contratação direta com a dispensa de licitação, para serviços de streaming (transmissão e distribuição digital) para as reuniões das Câmaras Técnicas da Abar em Goiânia.

De acordo com o técnico Gabriel Rodovalho, que acompanhou a etapa da disputa da primeira compra, nessa fase as empresas colocam na plataforma suas propostas com os preços dos serviços. Encerrada essa fase, a agência analisa as propostas apresentadas identificando a de menor preço. Eleita a vencedora, ainda são analisados todos os documentos e qualidade e viabilidade da proposta escolhida. Caso ocorra algum problema posterior, as duas últimas fases do processo são refeitas até que a proposta escolhida atenda ao órgão.

Outros contratos

Depois dessa compra, seguiram-se as aquisições pela mesma plataforma de material para as Câmaras Técnicas (sacolas, canetas e blocos), inscrições em congressos e aquisição de filtros para o edifício-sede da Agência. Em breve, também, seguem as contratações de material de



» Tela de login do "sislog.go.gov.br"

expediente e cozinha, manutenção predial e aquisições de climatizadores.

Dois contratos de Tecnologia da Informação iniciados no ano passado, continuaram no ComprasNet: a contratação de serviços da Metrogyn, com contrato assinado em fevereiro; e a aquisição de 12 microcomputadores, com contrato assinado também em fevereiro e entrega prevista para abril.

No trimestre, a Getad deu seguimento também a aquisições de equipamentos de modernização dos elevadores, do seguro para a van que será usada em atividades itinerantes, substituição de lâmpadas para maior eficiência energética e outros.

A Gerência também manteve e renovou contratos relativos a Diário Oficial, vigilância armada, limpeza e conservação, combustível, locação de veículos, ar-condicionado e outros. Também fez aditivos contratuais resultantes de reajustes nos contratos para motoristas, vigilância armada, limpeza e conservação, locação de veículos, buffet, manutenção predial e ar-condicionado para a unidade do Jardim Europa.

AGR na mídia



13.03.2024

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, concedeu entrevista para ao jornal Bom Dia Goiás da TV Anhangueira, quando falou sobre as 26 novas linhas de transporte intermunicipal de passageiros que beneficiarão milhares de habitantes de todo o estado.



25.01.2024

Francisco Vieira de Macedo, ouvidor Setorial da AGR, em entrevista à rádio Rede Luziânia, durante visita a municípios do Entorno. Ele falou das atribuições da Ouvidoria nas demandas relacionadas aos serviços públicos regulados.



26.01.2024

O gerente de Energia da AGR, Jorge Pereira da Silva, falou à PUC TV, sobre a Cartilha do Ressarcimento e sobre os prazos que o consumidor tem para solicitar o ressarcimento por danos elétricos.



19.02.2024

O diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Thiago Nepomuceno, também foi entrevistado pelo Bom Dia Goiás, da TV Anhangueira. Ele falou sobre a atuação e o papel da agência no atendimento aos usuários dos serviços públicos.

AGR: POR
VOCÊ E POR

GOIÁS

